
Elaboração do trabalho científico

Elaboração do trabalho científico

Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso
Susana Maciel Wuillaume



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



IFF

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | FERNANDES FIGUEIRA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE
BIBLIOTECA DA SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

C268 Cardoso, Maria Helena Cabral de Almeida
Elaboração de trabalho científico / Maria Helena Cabral de Almeida
Cardoso, Susana Maciel Wuillaume. Rio de Janeiro: Flama Ramos
Acabamento e Manuseio Gráfico LTDA. 2012.
72p. ; tab.

Bibliografia: p. 49 - 50
ISBN 978-85-913423-0-3

1. Trabalho Científico. 2. Projetos. 3. Pesquisa. 4. Saúde.
II. Wuillaume, Susana Maciel. III. Título.

CDD - 22^a ed. 769.5

Créditos

- Presidente da Fiocruz: Paulo Gadelha
- Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/ Fiocruz): Carlos Maciel
- Vice-Diretor de Atenção à Saúde: Eduardo Novaes
- Vice-Diretor de Ensino: Fábio Russomano
- Vice-Diretora de Pesquisa: Kátia Sydrônio
- Vice-Diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional:
Hamilton Ávila
- Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher:
Suely Ferreira Deslandes
- Revisão ortográfica: Aline Câmera, Daniela Savaget e Valéria Aguiar
- Programação Visual: Fernanda Canalonga

Autoras

Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso

Possui graduação em Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982) , mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) , doutorado em Saúde da Criança e da Mulher pelo Fundação Oswaldo Cruz (1999) e pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente - IFF/Fiocruz (2003) . Atualmente é Pesquisadora do Fundação Oswaldo Cruz, Revisor de periódico da Cadernos de Saúde Pública (Fiocruz) e Revisora de periódico da Ciência & Saúde Coletiva. Tem experiência na área de Saúde Coletiva , com ênfase em Saúde Pública. Atuando principalmente nos seguintes temas: Modelo Indiciário, Narrativa, Estudos sobre ciência, Etnografia.

Susana Maciel Guillaume

Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1973), residência médica em Pediatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), mestrado em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz (1991) e doutorado em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz (2000). Atualmente é membro do grupo de trabalho e educação na saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, membro da câmara técnica da Comissão Nacional de Residência Médica - MEC, presidente da Comissão Estadual de Residência Médica do RJ, médica e professora da pós-graduação da Fundação Oswaldo Cruz, assessora da diretoria de ensino e membro do comitê de ética em pesquisa do IFF/ Fiocruz. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da criança, ensino, educação, residência médica e educação médica.

Sumário

Apresentação1	9
Primeira parte	
1. Formulação e delimitação do tema	13
2. Justificativa	14
3. Objetivos	16
4. Quadro teórico ou referencial(ais) teórico(s)	17
5. Hipóteses e/ou pressupostos	17
6. Materiais e métodos	19
7. Questões éticas	21
8. Cronograma	23
9. Referências	26
Segunda parte	
1. Confecção de fichas e plano classificatório	27
2. Normas para apresentação do projeto, dissertação e/ou tese	31
3. Elementos pré-textuais	33
4. Elementos textuais	35
5. Elementos pós-textuais	37
6. Dissertações e/ou teses em formato de artigos	38
Terceira parte	
1. Sugestões gerais	42
2. Uso e redação de notas de pé de página	45
3. Relação dos elementos que uma dissertação e/o tese devem conter	48
4. Bibliografia recomendada para quem desejar informações sobre epistemologia	48
5. Referências utilizadas na elaboração do manual	49
Anexo 1	
Fluxo de projeto de pesquisa no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e Adolescente Fernandes Figueira/IFF/Fiocruz	51
Anexo 2	
Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde	53
Anexo 3	
Normas para apresentação das referências bibliográficas	70

A finalidade deste manual é de oferecer aos alunos ferramentas práticas que possam ser úteis à confecção de seus projetos de pesquisa e também de suas dissertações e/ou teses.

Diversos autores servem de pano de fundo às sugestões aqui apresentadas e possuem reconhecida competência acadêmica. Todos colocaram suas experiências a serviço de seus alunos, no sentido de lhes ofertar meios para refletir sobre suas investigações, delineando muito bem os passos necessários à elaboração de um projeto de pesquisa que se coaduna não só às exigências da academia como às das principais instâncias de financiamento.

Saliente-se que aquilo que se segue não deve ser encarado como um postulado ou dogma, mas, sim, como um caminho ou convite à reflexão para se atingir um projeto bem elaborado que realmente embase uma pesquisa, uma dissertação ou tese cujo método expositivo transmita bem a investigação que lhe deu suporte.

De um modo geral, o aluno quando ingressa em uma pós-graduação traz consigo uma inquietação que se traduz em tema muito abrangente de pesquisa, o qual comporta inúmeras questões, cada uma delas, por si só, compreendendo um projeto, por vezes, extremamente extenso e, muitas das vezes, relevante para quem ambiciona executá-lo, mas sem maior peso social e científico. Por isso, faz-se necessário pensar muito antes de começar e a forma mais correta para tanto é formular uma pergunta específica, dentro da temática escolhida, a qual se pretende responder. Escrito dessa maneira até parece fácil, mas inúmeros fatores interagem na formulação dessa questão, de modo que ela se consubstancie numa indagação científica, compromissada e até inovadora. Erguer tal pergunta, como primeira tarefa, passa obrigatoriamente por formular e delimitar o tema em pauta, o que constitui o primeiro item a ser aqui abordado.

A seguir, há que justificar aquilo que se pretende atingir com a proposição formulada e, para tal, sugere-se que certos critérios devem ser considerados, pois ajudam demais o aluno a ter mais clareza de suas intenções e do valor acadêmico delas. Este é o segundo item que apresentaremos, para chegarmos à maneira como os objetivos do trabalho precisam ser expostos, assunto que compõe nosso terceiro item.

Não há como se fazer um trabalho investigativo sem que teorias e conceitos sejam bem entendidos, estudados e expostos. Torna-se necessário apoiar-se na história do desenrolar do conhecimento ao qual se pretende recorrer para deixar claro os fundamentos dos quais se partiu e que se pretende lançar mão para dar conteúdo às hipóteses e/ou pressupostos a serem soerguidos, como feixes de luz que irão iluminar a escolha dos caminhos metódicos, das fontes e das técnicas a serem empregadas para se atingir os objetivos propostos. Assim, um referencial teórico bem sedimentado oferece o chão para ordenar os dados já conhecidos que, de certa maneira, encaminham novas questões capazes de dar maior solidez àquela inicialmente formulada, agora configurada como formulações de um problema ao qual se dá uma resposta provisória (hipóteses e/ou pressupostos). Como apresentá-las, é razão dos nossos quarto e quinto itens.

No sexto item, traçamos os principais elementos que se propõem que devam ser contemplados para uma boa apresentação do que se convencionou chamar de metodologia que, em senso estrito, significa “estudo sobre o método”. Na realidade, trata-se de deixar muito bem delineado quais os materiais, as fontes, os métodos e as técnicas que

irão ser utilizados para a realização da pesquisa propriamente dita. As abordagens podem ter caráter qualitativo e quantitativo ou conjugar ambos, todavia esse item, pode-se dizer, metaforicamente, é o coração do projeto e da futura dissertação ou tese. É forçoso que seja pensado com rigor e que tenha como princípio norteador o fato de que deve mostrar claramente todos os seus componentes, de modo que possa ser replicado por outros investigadores e também que ofereça coerência interna aos objetivos e às hipóteses e/ou pressupostos formulados. Sobretudo, em pesquisas que lidam com seres humanos, esse é um item fundamental, pois é ele que demonstrará se a pesquisa é viável e se os benefícios que trará superam possíveis riscos pessoais e/ou sociais. Em suma, um projeto de pesquisa, sem materiais, fontes e métodos bem definidos e adequados à proposta apresentada, não poderá ser realizado, sob pena de comprometer-se toda a investigação, acarretando sérios problemas éticos. Os elementos básicos a serem contemplados pela ética, de acordo com a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 10 de outubro de 1996, são motivo do item 7. Todo e qualquer projeto de pesquisa, a ser desenvolvido nos programas de pós-graduação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) obrigatoriamente tem que ser registrado no Departamento de Pesquisa do referido Instituto e, posteriormente, ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Para tanto, é imprescindível que se procure o CEP do IFF/Fiocruz para obter as informações necessárias. Somente após o recebimento do parecer final (declarando a concordância ou não do projeto com o ditado pela Resolução 196) é que o aluno poderá começar a realizar seu trabalho de campo. De maneira geral, se tende a pensar que a elaboração de um termo de consentimento livre e esclarecido preenche os requisitos da Resolução 196. Entretanto, há um protocolo de pesquisa específico a ser seguido e que, de certa forma, se diferencia de um projeto acadêmico estrito senso. Nesse sentido, certas sugestões são encaminhadas para tentar corresponder aos ditames da Resolução, de modo que o parecer do CEP seja obtido sem maiores problemas, assim como as definições de determinados termos utilizados pelo documento do CNS são apresentadas. Cabe ainda salientar que projetos atinentes a certas áreas temáticas especiais, como aqueles que englobam testes farmacológicos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde, requerem além do referido parecer o encaminhamento para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), configurando mais um motivo para o aluno, antes de mais nada, entrar em contato com a secretaria do CEP/IFF/Fiocruz para se inteirar das orientações quanto aos passos a serem dados.

Na primeira parte deste manual são apresentados os componentes básicos a serem contemplados no cronograma da pesquisa e o direcionamento a respeito das regras de referências bibliográficas. Na segunda parte serão contempladas questões relativas à confecção de fichas bibliográficas e documentais e à formatação do projeto propriamente dito (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais). Em seguida, passa-se às normas de apresentação do documento final (projeto, dissertação ou tese); a redação do resumo (somente para a dissertação ou tese); a feitura de listas de ilustrações, abreviaturas, siglas, símbolos; o sumário; as diferenças entre o que são anexos e apêndices; a apresentação de tabelas; o que vem a ser uma errata. Na terceira parte, são oferecidas sugestões para a redação (uso de paráfrase e citações, por exemplo), assim como para a utilização de notas de pé de página, com respectivos exemplos. Dentre esses elementos encontram-se as normas para apresen-

tação de dissertação em feitiço de artigo(s), um formato adotado e incentivado pela PG/IFF, tanto no que diz respeito ao mestrado acadêmico e profissional, como ao doutorado. Espera-se que o material aqui contido sirva de guia e de companheiro dos alunos durante todo o curso, especialmente no decorrer da redação do projeto e das dissertações ou teses.

Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso
Susana Maciel Wuillaume

1 – Formulação e Delimitação do Tema

Para se dar início ao processo de identificação clara de um problema, um caminho profícuo é o de delimitar-se o tema a ser pesquisado no tempo, no espaço e determinar o que irá compor o universo da análise.

Quando se fala de espaço, quer se dizer que este pode ser geográfico, relacional ou disciplinar. O espaço geográfico caracteriza-se por suas condições territoriais e, nesse sentido, o exemplo ofertado por Umberto Eco¹ é o do estudo da produção literária de uma determinada região da Itália. O relacional engloba processos de troca e de interações entre fenômenos, acontecimentos, pessoas e, o disciplinar, a elucidação das fronteiras de determinados campos de conhecimento dentro das quais se irá trafegar ou ir-se-á ultrapassar. Por exemplo, é possível situar um tema amplo como o da educação em saúde disciplinarmente, ou seja, sob os holofotes das teorias sobre comunicação de massa, das propostas pedagógicas ou do entendimento público que se faz da saúde e da doença. Nesse caso, são múltiplos os campos disciplinares em cena, devendo-se atentar qual ou quais serão agenciados. Mas, também se pode situá-lo de forma relacional, refletindo acerca de possíveis ingerências culturais que entram no processo informativo, passando por crenças, valores, tradições arcaicas e até questões como as de gênero, inserção social e faixa etária, dentre tantas outras.

Não se sugere que o aluno explicita por escrito tais critérios, a menos que isso se faça necessário, mas que pense neles como limites de uma zona que caracterize melhor seu anseio de pesquisa.

No que tange ao tempo, sugere-se que este corresponda a um período viável de pesquisa, sobretudo, porque tanto no mestrado, quanto no doutorado, é, na maioria das vezes, o próprio autor quem realizará o levantamento de dados que requer, dentro de uma postura acadêmica correta, o cotejamento com diferentes fontes* e/ou materiais. Seguindo, novamente, Umberto Eco¹, a proposta é que cronologicamente se abarque uma ou no **má-ximo** duas décadas, sendo que, se o projeto for de mestrado, o tempo para realizá-lo é ainda mais diminuto, trazendo implicações importantes para a escolha do tema a ser considerado. Ainda se faz necessário alertar, dentro da cronologia estabelecida pelas Capes para o nível de mestrado, que pesquisas envolvendo desenhos prospectivos podem ser complicadas, uma vez que o intervalo para executar a coleta é bastante reduzido e, por vezes, o assunto pode requerer um intervalo maior para que a validade dos resultados alcançados seja devidamente estabelecida.

Por outro lado, é imprescindível refletir sobre o que ‘entra’ ou ‘não entra’ no estudo a ser feito. Muitas vezes a ausência dessa reflexão, ou mesmo de sua explicitação clara, acarreta dificuldades para o aluno no momento em que tem que defender seu projeto perante seus companheiros ou professores². Um exemplo clássico é aquele de um aluno que se questiona a respeito de como determinada oferta de serviço assistencial é percebida pelos usuários deste, mas que de forma alguma deseja avaliar a qualidade dele. É preciso que fique claro que elementos pertinentes à avaliação de qualidade em senso estrito não integram o seu universo de análise.

*As fontes compõem o conjunto de materiais a serem investigados. Elas podem ser primárias e/ou secundárias. As fontes primárias são as que mantêm correspondência direta com o objeto de investigação, não se constituindo nunca de publicações científicas sobre o assunto pesquisado. Estas são fontes bibliográficas ou secundárias, pois guardam com o tema e/ou objeto uma relação indireta.

2 – Justificativa

Os principais critérios para justificar o problema (a questão a ser erguida), recorrendo um tema específico, compreendem:

- a) relevância social e científica;
- b) viabilidade para a realização do projeto;
- c) originalidade do tema ou questão proposta;
- d) interesse pessoal pelo assunto a ser pesquisado.

O critério de **relevância** remete-se diretamente à importância do que virá a ser pesquisado, devendo contemplar dois aspectos: a relevância social e a relevância científica.

Quanto ao primeiro, as metas institucionais do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), dentro daquele mais amplo da Fiocruz, deixam claro a missão de promover pesquisas que se correlacionam com a implementação de estratégias de bem cuidar, associadas à melhoria e solidificação das propostas do Sistema Único de Saúde (SUS), pedra de toque da política pública brasileira de promoção da saúde, prevenção e tratamento das doenças. Trata-se, portanto, de estar atento às prioridades sociocoletivas do país e do tempo presente.

No que diz respeito ao segundo, é fundamental que o aluno realize uma pesquisa extensiva, em bancos de dados como PubMed, Bireme, Scielo, Lilacs, Cochrane Library, Portal Capes, e tantos outros, no sentido de tomar conhecimento das publicações científicas acerca do que deseja pesquisar, de modo a situar seu objeto ou sua pergunta no estado atual do desenvolvimento das investigações pertinentes ao que escolheu como foco de seu estudo. Não se trata de modo algum de apresentar conceitos e/ou definições teóricas básicas, mas tão somente de ofertar um panorama dentro do qual o seu trabalho se insere. Não há necessidade alguma de desfilhar inúmeros trabalhos detalhadamente, mas tão somente de indicar de que maneira o assunto em pauta está sendo mundialmente abordado, servindo-se de duas ou três referências para exemplificar seu mapeamento. Este é um aspecto enfatizado, sobretudo, por Umberto Eco¹ e não constitui o referencial teórico a ser empregado na pesquisa.

Por exemplo, se a pergunta que estimula a pesquisa refere-se a alguma enfermidade específica e às manifestações a ela correlatas, deve-se expor criteriosamente, como os demais pesquisadores vêm trabalhando o tema, apresentando um painel abrangente de quais são e como são encaradas, ressaltando-se as óticas empregadas para depois situar sua própria proposição. Para fazer isso, não se torna necessário esmiuçar o conteúdo dos artigos revisados, muitas das vezes, bastando ler-se o resumo para se ter clareza da linha seguida pelo autor.

As dissertações de mestrado não têm a obrigatoriedade de serem originais, entretanto é importante que sua cientificidade seja bem estabelecida para realçar a importância de realizá-las. Entretanto, exige-se que as teses de doutorado sejam originais e não há como provar a originalidade sem situar para o leitor a inovação que é se trabalhar sobre determinado aspecto ainda não levantado, daí ser importante sempre situar sua proposta face ao que está sendo realizado quer nacional, quer mundialmente.

O critério de **viabilidade**, por sua vez, articula-se aos recursos humanos, finan-

ceiros e materiais de que se dispõe.

Os recursos humanos correspondem ao número de investigadores engajados na pesquisa, com suas respectivas formações acadêmicas e técnicas. Normalmente, tanto em mestrado quanto em doutorado, não há propriamente uma equipe investigativa, mas somente o próprio autor da proposta. Nesse sentido, é preciso atentar para a “ambição desmedida”² (p. 74) que acomete certos alunos. É comum que o pesquisador, sobretudo se novato, opte por temas que vão além de sua capacidade no momento. Por isso, e aí de acordo com Eco¹, sugere-se que é preferível, mormente no que tange ao mestrado, realizar uma monografia séria aberta à teoria e à generalização, do que uma temática por demais ampla teoricamente e muito vasta, que pode correr o risco de ser mal executada.

Os recursos financeiros e materiais deverão ser avaliados com toda seriedade. É muito comum estabelecer-se metas que dependam de materiais de laboratório, de protocolos a serem padronizados, de exames laboratoriais que serão realizados por outros profissionais, entre outros. É preciso que se tenha certeza de que tais recursos estarão à disposição, assim como recursos financeiros envolvendo a compra de equipamentos, reagentes e etc. Deve também se levar em consideração o montante a ser gasto em cópias xerox, de dissertações, teses e demais publicações científicas às quais fatalmente ter-se-á que recorrer, muitas das vezes, englobando a encomenda a bibliotecas internacionais. Outras fontes, frequentemente consultadas, são os prontuários médicos. Embora se constituindo em fontes primárias fundamentais, é preciso entrar em contato prévio com elas, a fim de verificar se nelas constam todos os dados de que se precisa. Não adianta apresentar um desenho metódico bem feito, se há falta e/ou impossibilidade de ter acesso à fontes, ou se estas estão repletas de lacunas. O que conta, portanto, é a existência e disponibilidade de documentação abundante e adequada ao objeto proposto.

O componente final, **o tempo** tem que ser ponderado com bastante cuidado, uma vez que mal calculá-lo pode decretar o fracasso de um projeto. O aluno deve pensar a extensão de sua proposta, usando como medida o período que lhe é oferecido, desde a liberação para a entrada em campo até a data final de entrega do projeto, da dissertação ou da tese. É preciso balancear as obrigações de cumprimento de créditos e a duração que objetivamente a proposta apresentada vai ter.

O critério de **originalidade**, conforme já dito, vinculado à necessidade de apresentação de uma justificativa científica bem feita, pode ser cumprido de maneira diferenciada: a) quando aborda tema ainda não investigado; b) quando se volta para temas já pesquisados, contudo apoiando-se em fontes inéditas; c) quando parte de bases teóricas novas, propondo uma abordagem inovadora; d) quando propõe métodos e técnicas anteriormente nunca usados ou e) quando tem por escopo rebater teses até então consagradas.

Por fim, há que ser exposto o **interesse pessoal** pelo tema, significando basicamente traçar o perfil profissional de cada pesquisador, no sentido de contextualizar porque o assunto lhe interessa. Não se trata de redigir um memorial sobre si mesmo, mas tão somente indicar a trajetória ou a inserção profissional que serviu de mola propulsora ao despertar da curiosidade investigativa.

Dentre os critérios acima expostos, é claro que a viabilidade é muito mais para ser pensada do que exposta, devendo, todavia, os demais integrarem o texto do projeto.

Ressalta-se, contudo, que, dependendo do projeto, cabe sublinhar sua viabilidade em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, como, por exemplo, em pesquisas que envolvam bancada, avaliação de outros especialistas, materiais para a produção de protótipos no caso de um equipamento e assim por diante. Entretanto, todo esse conjunto de informações necessariamente não precisa integrar a justificativa, reservando-se espaço para ele no item relativo a materiais e métodos.

A ordem da apresentação dos elementos aqui adotada, não precisa ser aquela que será escolhida na redação do projeto, dissertação ou tese. O que importa é que tais elementos sejam contemplados, reservando-se ao autor a opção de como expô-los no documento final, mais uma vez reforçando-se a importância de se abordar a relevância social e científica da pesquisa.

3 – Objetivos

Os objetivos da pesquisa têm que ser cuidadosamente elaborados. Eles não são mera obrigatoriedade acadêmica, uma vez que, checar se foram alcançados ou não, é um dos primeiros passos dados pelos componentes das bancas de defesa, além de obviamente simbolizarem o culminar de todo o esforço encetado desde o primeiro momento até aquele da defesa pública das dissertações e ou teses.

De certa forma, persiste uma confusão a respeito do que vem a ser um objetivo geral e objetivos específicos, muitas das vezes deixando o aluno preocupado em apresentar essa divisão de maneira meramente formal, quando na verdade ela é uma questão metodológica, ou seja, intrinsecamente ligada à proposta e/ou tema recortado.

Uma maneira de compreender a necessidade de desmembramento em objetivo geral e específicos é pensar os específicos enquanto demonstração de etapas que precisam ser cumpridas para se atingir o primeiro ou de precisão de completá-lo com aspectos sem os quais ele não se consubstancia. Na elaboração dos objetivos devem ser contempladas certas características, tais como: a brevidade e a clareza. O ideal é que sejam redigidos de tal maneira que mesmo um não especialista, quando for lê-los, seja capaz de entender o que está sendo proposto. Deve-se também atentar para os verbos no infinitivo, normalmente usados nos objetivos, pois eles não são mera exigência acadêmica, mas elementos constituintes de uma proposta embasadora².

Outro fator importante é não confundir objetivos com o que é atinente a uma justificativa social ou a exposição de anseios ligados ao interesse pessoal da investigação. Por exemplo, estabelecer como objetivo específico ‘contribuir para uma melhor relação entre profissionais de saúde e usuários, em consequência, para uma prática mais humanizada do cuidar’ é algo que recai na região do desejo que todos possuem de que seu trabalho seja importante e aproveitável mas, de modo algum, configura um objetivo acadêmico. Outro exemplo que pode ser citado é ‘contribuir para o avanço do conhecimento sobre a incidência da dengue hemorrágica no estado do Rio de Janeiro’, o que também é algo desejável, porém com tonalidades de justificativa social e científica e não de objetivo.

4 – Quadro Teórico ou Referencial(ais) Teórico(s)

Não há como elaborar um projeto de pesquisa sem bases teóricas e estas devem estar explícitas, pois são elas que darão sustentáculo à formulação das hipóteses e/ou pressupostos, assim como serão o chão sobre o qual irá se trabalhar a coleta de dados, sua análise, os resultados finais e sua discussão.

O quadro teórico ou o referencial teórico deve compreender somente definições e conceitos que articulam a montagem de todo o processo. Diferentemente da justificativa científica, ele deve estar em consonância com os objetivos e claramente servir de base à construção das hipóteses e/ou pressupostos. Reitera-se que a justificativa científica nada mais é do que o esboço bem feito do panorama atual de literatura científica sobre o assunto escolhido. Em contraposição o referencial teórico trata das conceituações normalmente consagradas que servem de fundamentos ao pensamento crítico. No que tange, por exemplo, a uma determinada doença e suas manifestações, este referencial reporta-se à história ‘natural’ dessa doença, abrangendo aspectos etiológicos, fisiopatológicos, diagnóstico, aber-tura de quadro clínico, tratamentos, intercorrências associadas e assim por diante. São as principais teorias sobre tais aspectos previamente erguidas que estão em pauta aqui.

Aconselha-se que o aluno não deva ter a pretensão de “dar uma aula de teoria”² (p.76), mas somente que explicita sucintamente suas opções em termos de teoria, articulando-as ao tema recortado, à pergunta ou às perguntas de onde partiu, formulada como um problema que tem uma resposta provisória (hipótese e/ou pressuposto). Nesse sentido, um histórico, por exemplo, das descobertas atinentes à história de uma determinada doença, não compõe um quadro teórico. É muito mais um recurso introdutório, ou seja, da ordem da apresentação e delimitação do tema a ser pesquisado.

5 – Hipóteses e/ou Pressupostos

Dado o cunho prático que propositadamente reveste este manual, não se tratará de discutir o método hipotético dedutivo e as razões pelas quais, sobretudo após os trabalhos de Popper³, ele se apresentou consensualmente como o método *per se* da investigação científica. Para o aluno interessado, aconselha-se que leia alguns pensadores que se debruçaram sobre epistemologia, sendo que dentre os mais atuais, salienta-se o nome de Isabelle Stengers⁴, cuja obra oferece um bom apanhado geral do que, hoje em dia, se pensa como ciência.

Neste item tão somente nos reportaremos à formulação das hipóteses, chamando a atenção para o fato de que elas são os instrumentos mais importantes do processo de pesquisa e devem ser expostas após o referencial teórico. Elas são as diretrizes na condução do caminho metódico a ser seguido, respondendo até pela escolha dos materiais e/ou fontes a serem pesquisados. Além disso, para formulá-las há a necessidade de lançar mão da clareza e da concisão, lembrando sempre que elas constituem uma resposta provisória e afirmativa a um determinado problema que se pretende investigar. Se tal problema traz embutido em si outros questionamentos, então mais de uma hipótese pode ser

formulada para dar conta deles.

O que é preciso ficar claro é que o soerguimento de uma hipótese não pode nunca corresponder a uma opinião ou a um ‘achismo’, recheados de senso comum. Também é fundamental deixar claro que não se pode ensinar a construir uma hipótese, restando somente indicar passos a serem tomados que facilitem o processo.

Tais passos, basicamente, referem-se ao método heurístico que vem sendo secularmente utilizado e que, hoje, reacende dentro da moldura das pesquisas voltadas para a internet, como meio privilegiado de divulgação de informações e conhecimento.

O método heurístico, resumidamente, compreende a formulação de um problema e de uma resposta hipotética a ele:

FORMULAR PROBLEMA



FORMULAR RESPOSTA HIPOTÉTICA

Para operacionalizar o método, certos pontos precisam ser refletidos e bem elaborados. São eles:

- a) tornar claro para si próprio o que se pretende, isto é, formular *a priori* uma concepção;
- b) essa concepção deve servir de guia à busca do sentido a ser dado aos ‘fatos’ empíricos que se conhece ou reconhece;
- c) formular novas concepções, mais adequadas, confrontando-as com a teoria e com o material da observação empírica, à medida que se investiga;
- d) sempre tratar os materiais ou fontes criticamente;
- e) separar com cuidado os ‘fatos’ de acordo com sua pertinência e relevância;
- f) organizar os ‘fatos’, estabelecendo relações entre eles.

Uma maneira de organizar-se para formular uma hipótese é produzir uma ficha, como a proposta abaixo.

EXEMPLO DE FICHA DE ORGANIZAÇÃO

HIPÓTESES	FONTES	TRATAMENTO
1 – O aumento da mortalidade infantil no RJ, no período x a y deveu-se a “causas externas”.	Jornais; IBGE; Bibliografia – Claves.	Manchetes; cruzamento com outras variáveis; modalidades de causas externas.
2 – Dentre as “causas externas” há o predomínio da violência doméstica.	Bibliografia sobre violência familiar; registros em delegacia; processos em julgamento.	Conceito de violência; classificação tipológica de violência; conceito de violência familiar; grau de injúria; número de casos registrados; quem fez a denúncia; conteúdo das denúncias, etc.

A coluna da esquerda representa as concepções *a priori*, a do meio as fontes através das quais será possível encontrar dados e teorizações sobre o assunto escolhido e a da direita, a maneira pelas quais estes dados podem ser ordenados e criticamente tratados, indicando também possíveis materiais a serem sondados no decorrer da execução do projeto.

Está claro que esse é um exemplo muito esquemático. Contudo, é importante ressaltar que a formulação de hipóteses e/ou pressupostos obrigatoriamente tem que trazer embutida uma pesquisa prévia correlacionada ao demais itens do projeto apresentados até então. Não custa repetir que são os elementos guia da pesquisa, passíveis de serem reformulados ao longo da investigação. Muitas vezes, o aluno ao erguer um pressuposto e/ou uma hipótese descobre que ela não se consubstancia e fica assustado. Entretanto, é justamente a reformulação dessa concepção apriorística por outra mais adequada aos fatos e à teoria que dá dinâmica e sustentação científica ao trabalho investigativo, sendo a explanação do que foi empreendido em termos lógicos de fundamental importância na exposição final da dissertação e/ou tese. Por isso é imprescindível: “ler os especialistas no sentido de aprender, não só nem principalmente o que afirmam (suas teses particulares), mas como trabalham, que teorias manejam e como fazem, que dificuldades encontram no seu esforço de pesquisa, etc.”²² (p. 81)

Outro aspecto de suma importância a ser levado em conta no que se relaciona a hipóteses e/ou pressupostos é sua formulação expositiva.

Os elementos a serem contemplados são:

- a) consistência;
- b) definir ou ter clareza dos termos empregados (daí a necessidade de um quadro teórico bem delineado);
- c) a hipótese é sempre uma **afirmação** provisória;
- d) hipóteses devem referir-se a nexos.

Por exemplo:

A mortalidade infantil aumentou na década X \Rightarrow **Não**

A mortalidade infantil na década X correlaciona-se à crise na atenção primária e à carência de políticas públicas consistentes \Rightarrow **Sim**

- e) deve-se evitar enunciados demasiadamente gerais.

Por exemplo:

Sempre que X, então Y \Rightarrow **A ser evitada**

Se, e apenas se X, então Y \Rightarrow **A ser evitada**

Para todo X, sendo X definido como..., e nas circunstâncias..., então Y
 \Rightarrow **Correta**

- f) Concisão, ou seja, não elaborar inúmeras hipóteses.

6 – Materiais e Métodos

É uma parte **imprescindível** do projeto. É nela que se encontram explanados todos os passos que serão dados para se atingir os objetivos e se referendar ou não as hipóteses e/ou pressupostos delimitados.

Deve ser pensada e trabalhada em conjunto com o orientador. É aconselhável que

se tome conhecimento dos processos técnicos e metódicos já empregados em pesquisas cujo cunho é semelhante ao que se pretende dar ao trabalho, porém atentando-se para a particularidade de sua investigação no sentido de se evitar as 'receitas de bolo'. A força do trabalho residirá na adequação dos materiais, dos métodos e das técnicas que se irá empregar.

Essa é uma fase que exige seriedade, compromisso e humildade para não se propor caminhos inatingíveis ou então precários demais para dar conta da proposta exposta.

Não é possível se estabelecer regras ou normas padrão, pois cada um deve procurar os materiais que são pertinentes à investigação sobre o objeto escolhido, assim como maneiras de coletar, ordenar, codificar, classificar e interpretar os dados. O único conselho que se pode oferecer é o de primordialmente pensar o tipo de abordagem mais adequada ao tema escolhido. Hoje, a tendência é adotar-se uma abordagem quantitativa ou uma abordagem qualitativa, como se ambas fossem opostas. Todavia, não é essa dicotomia que resolve o problema, pois ambas as abordagens podem e frequentemente se entrelaçam de variadas maneiras⁵, tendo-se ainda que considerar as especificidades do método epidemiológico e daquelas referentes, por exemplo, à avaliação de qualidade de programas e serviços.

Torna-se preciso, portanto, muitas vezes, a consulta a especialistas de modo a se conferir se determinado procedimento é factível e adequado. Há que se tomar muito cuidado com a validação dos instrumentos a serem utilizados, devendo sempre o aluno refletir que, mais do que seu impulso e desejo, o que está em jogo é a feitura bem acabada de um trabalho científico.

Não há como chegar a essa etapa do projeto sem que as outras etapas tenham sido cumpridas, todas elas envolvendo investigação empírica e teórica. Também não há como encará-la sem ter certeza de que os materiais propostos são viáveis. Um exemplo a ser retomado é o dos prontuários médicos, já referido quando se abordou os critérios para a Justificativa. Por exemplo, de que adianta o aluno propor uma coleta de dados em prontuário que envolva, vamos dizer, resultado de exames complementares que habitualmente não são realizados no serviço que está enfocando? Ou propor a realização de exames de imagem para os quais não há aparelhagem disponível? Ou então entrevistas orais com um grupo específico de pessoas cujo acesso é complicado devido, por exemplo, ao fato de estarem inseridas em instituições como escolas privadas ou serem classificadas como vulneráveis?

Há, portanto, que se ter certeza prévia de que não haverá problemas que obstaculizem ou inviabilizem a coleta de dados proposta, assim como há que se refletir se o tempo e os recursos humanos e financeiros disponíveis para a realização da pesquisa permitirão abarcar todos os passos propostos.

De um modo geral, faz-se premente expor:

- a) o tipo de abordagem a ser adotado e o tipo de pesquisa que se pretende realizar;
- b) a amostra, delimitando claramente os critérios de inclusão e exclusão. É muito comum o aluno referir-se à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido como critério de inclusão na amostra, mas esse é um erro conceitual uma vez que a participação voluntária é estabelecida como norma pela Resolução 196

do CNS, não se configurando, portanto, num critério científico de investigação, mas sim de regulamentação em pesquisas envolvendo seres humanos;

c) o campo, lembrando que, dependendo da pesquisa, este necessariamente não se refere a um local, mas sim a um conjunto de conhecimentos que caracterizam uma determinada área do saber. Nesse sentido recomenda-se que todos os alunos leiam as considerações de Pierre Bourdieu⁶ sobre a categorização de **campo**;

d) métodos e técnicas, atentando para o fato de que não são sinônimos. O aluno pode, por exemplo, indicar que seguirá um determinado método de construção de fontes orais, adotando técnicas como a de uma entrevista semi-estruturada ou aberta;

e) como se fará a análise dos dados, em coerência com o tipo de abordagem adotada.

Mais uma vez, reitera-se que não se trata de copiar ‘receitas de bolo’. Nada impede de que o aluno encontre seus próprios métodos e técnicas ou que os adapte daqueles já conhecidos. Entretanto, é preciso que especifique muito bem todos as suas propostas de modo que outro pesquisador possa replicá-las.

7 – Questões Éticas

Através da Resolução no 196, de 10 de outubro de 1996, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde aprovou diretrizes e normas regulamentares de pesquisas envolvendo seres humanos, sendo o aluno obrigado a obter a aprovação do CEP para dar início a sua pesquisa de campo. Para tanto, o primeiro passo é procurar o CEP/IFF/Fiocruz, onde receberá as informações pertinentes, inclusive, quando seu trabalho de campo envolver outras instituições. A apresentação do projeto ao CEP também deve seguir o fluxograma apresentado no Anexo 1. Por outro lado, a resolução, em sua íntegra, encontra-se no Anexo 2 devendo todos os alunos dela tomar conhecimento, sobretudo no que diz respeito aos itens dedicados aos conteúdos do termo de consentimento livre e esclarecido e ao protocolo de pesquisa a ser seguido.

Tanto para contemplar as exigências do protocolo quanto aquelas do termo de consentimento livre e esclarecido, certas definições merecem destaque:

a) **autonomia** ⇨ consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa e a proteção aos grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (dignidade, respeito pela autonomia e defesa da vulnerabilidade).

b) **beneficência** ⇨ ponderação entre os riscos e os benefícios atuais e potenciais, individuais e coletivos, visando o máximo de benefícios e o mínimo de danos.

c) **não maleficência** ⇨ garantia de que os danos previsíveis serão evitados.

d) **justiça e equidade** ⇨ a relevância social da pesquisa com vantagens para os sujeitos da pesquisa e o mínimo de ônus para os sujeitos vulneráveis, garantindo os interesses envolvidos.

Esses são os princípios básicos que regem as investigações envolvendo seres humanos, e todos eles fundamentam-se em documentos internacionais que abordaram a questão, tais como: Código de Nuremberg (1947), Declaração dos Direitos do Homem (1948), Declaração de Helsinque (1964, 1975, 1983 e 1989), Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas (1966), Propostas e Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos elaboradas pela Organização Mundial de Saúde (1982, 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos também produzida pela OMS (1991).

A seguir, foram selecionados alguns termos e definições que merecem esclarecimento, pois podem dar margem a dúvidas. São eles:

- a) pesquisa ⇨ atividade que visa o conhecimento generalizável que, por sua vez, consiste em teorias, relações, princípios e acúmulo de informações corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência;
- b) pesquisa envolvendo seres humanos ⇨ individual e coletivamente envolve seres humanos de forma direta ou indireta;
- c) protocolo de pesquisa ⇨ encontra-se no Anexo 2;
- d) pesquisador responsável ⇨ o responsável pela realização da pesquisa e bem-estar e integridade dos sujeitos da pesquisa;
- e) instituição da pesquisa ⇨ organização pública ou privada legitimamente constituída e habilitada onde será realizada a pesquisa;
- f) promotor ⇨ indivíduo ou instituição responsável por promover a pesquisa;
- g) patrocinador ⇨ pessoa física ou jurídica que apóia financeiramente a pesquisa;
- h) risco associado ou decorrente ⇨ agravo imediato ou tardio aos sujeitos da pesquisa;
- i) consentimento livre e esclarecido ⇨ termo de anuência do sujeito da pesquisa ou de seu representante legal;
- j) indenização ⇨ reparação a dano causado pela pesquisa;
- k) ressarcimento ⇨ pagamento de despesas decorrentes da pesquisa.
- l) comitês de pesquisa colegiados interdisciplinares e independentes (de caráter consultivo, deliberativo, educativo), cuja finalidade maior é a de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa;
- m) vulnerabilidade ⇨ estado no qual se encontram pessoas ou grupos de pessoas cuja autodeterminação é restrita, sobretudo, no que tange à capacidade de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
- n) incapacidade ⇨ o sujeito da pesquisa que não possui capacidade civil para dar consentimento livre e esclarecido, devendo ser representado;
- o) riscos admissíveis ⇨ aquele que é justificável pelo benefício que deve ser maior ou igual a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção e diagnóstico;
- p) sujeitos da pesquisa ⇨ participação de pesquisados, individual ou coletivamente, de caráter voluntário, sendo vedada qualquer forma de remuneração.

Após tomar conhecimento da terminologia exigida, sugere-se que após o item que expõe materiais e métodos, o aluno abra um item específico no projeto, que poderá ser intitulado “Questões Éticas”, no qual seguirá o protocolo proposto na Resolução 196. Os itens requeridos pelo protocolo, mas que já estão contemplados no projeto para ele devem ser remetidos. Por exemplo: no item que pede a descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas, o aluno deve colocar: vide objetivos, p. X e hipóteses, p. Y. Todavia, itens como o que solicita a análise crítica de riscos e benefícios deverão ser redigidos. Por outro lado, quando os itens requisitados não tiverem procedência por se tratar de um projeto acadêmico, tal fato deve ser assinalado.

O aluno que não deseja abrir um item específico no projeto voltado para as questões éticas, tem, contudo, que dar conta, ao longo dele, de todos os itens requeridos pelo protocolo proposto pela Resolução 196. Não se trata, então, de somente redigir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mas de cumprir com todas as exigências da Resolução.

Existem diretrizes bastantes claras no que tange ao que deve ser contemplado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O aluno deve lê-las com cuidado antes de redigir o Termo, sempre considerando que a linguagem utilizada deve ser concisa e simples para facilitar o entendimento de todas as questões em pauta.

Por fim e mais importante, a CONEP, a partir da Resolução 196 ainda vigente, pode propor a revisão de certos procedimentos que será sempre comunicada aos CEPs. **Por isso, é imprescindível que o aluno se dirija ao CEP do IFF/Fiocruz para obter informações atualizadas.** As orientações recebidas, incluindo o preenchimento da folha de cadastro devem ser seguidas e qualquer dúvida dirimida pelo CEP.

Aconselha-se que todos os alunos acessem os endereços eletrônicos abaixo, lendo cuidadosamente as instruções contidas nos respectivos *sites*:

- 1) Conselho Nacional de Saúde => <http://conselho.saude.gov.br/Web>;
- 2) Comissão de Ética em Pesquisa => <http://www.datasus.gov.br/conselho/comissoes/etica/conep.htm>;
- 3) SISNEP – Sistema Nacional de Ética em Pesquisa => <http://portal2.saude.gov.br/sisnep/pesquisador>.

8 – Cronograma – exemplo para mestrado acadêmico e/ou profissional

É a exposição do tempo a ser gasto na execução do projeto. Aqui optou-se por escolher um exemplo referente ao mestrado acadêmico e/ou profissional, porque o doutorado pressupõe que o aluno já tenha tido experiência em pesquisa devendo, pois, saber elaborar um cronograma. Entretanto, o que se pretende é sublinhar os itens a serem considerados. Na PG/IFF, tem-se como norma que o aluno deve apresentar seu projeto ao CEP após o exame de qualificação, dado que durante o exame a banca poderá fornecer sugestões que alterem bastante o projeto original. Assim sendo, escolheu-se marcar bem o tempo disponível, a partir da entrega ao CEP, para dar aos alunos uma perspectiva cronológica que os ajudem na proposição de um projeto de pesquisa cuja realização seja viável.

Atividades	Qualif.	Ano após a qualificação										Defesa		
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
Qualificação	X													
Entrega CEP		X												
Correção CEP			X											
Coleta de dados				X	X	X	X							
Elaboração de dados					X	X	X	X	X					
Redação									X	X				
Banca prévia											X			
Correções												X		
Defesa													X	

Para uma orientação mais dirigida, os dois quadros abaixo se referem especificamente às datas oficiais de qualificação e de defesa. O primeiro não deve ser incorporado ao projeto e o segundo, de certa forma, já está contido no cronograma que deve ser aquele apresentado no projeto. Trata-se, portanto, de indicativo a ser considerado pelo aluno, pois é assunto de condução interna aos programas de pós-graduação no IFF de acordo com as diretrizes adotadas pelas respectivas comissões de pós-graduação. Aqui só foi considerado o tempo referente ao mestrado acadêmico e ao profissional.

Qualificação do projeto - Um ano após ingresso no curso

	Janeiro	Fevereiro	Março
Entrega ao orientador	X		
Devolução ao aluno		Até dia 15	
Qualificação			X

Defesa da dissertação

	Janeiro	Fevereiro	Março
Entrega da Pró-forma	Até o dia 4		
Devolução da Pró-forma		Até dia 4	
Entrega da versão definitiva			Pelo menos 20 dias antes da defesa
Defesa			X

Cabe esclarecer que pelos regulamentos dos programas de pós-graduação o trabalho do aluno é obrigado a passar por uma banca prévia composta pelos mesmos membros escalados para a defesa pública. A Pró-forma acima referida é de uma versão primeira da dissertação ou tese e deverá ser enviada para a banca que, após um mês, encaminhará parecer (em formulário específico disponível tanto na Secretaria Acadêmica quanto no site do Departamento de Ensino) ao orientador que por sua vez, o fará chegar à Secretaria Acadêmica. Caso os membros da banca desejem marcar um encontro com o aluno para

discutir as alterações propostas no parecer, o agendar de tal encontro deverá ficar a cargo deles.

Por outro lado, lembra-se que a banca, no nível de mestrado acadêmico e profissional, deverá ser composta pelo orientador e por dois professores doutores, exigindo-se que um deles seja pertencente ao quadro institucional do IFF e o outro, externo ao quadro, devendo também ser indicados dois suplentes com as mesmas características. No caso de doutorado, a banca será composta de, no mínimo, três membros e no máximo cinco, além dos dois suplentes. Caso ela seja composta por três membros, há a obrigatoriedade de que, além do orientador, necessariamente da Instituição, os dois outros membros não pertençam ao quadro do IFF, mantendo-se esta obrigatoriedade para a indicação da suplência. Quando forem cinco membros, incluindo, portanto, professores doutores credenciados pelas comissões de pós-graduação do IFF, a indicação de suplentes precisa atentar para que, basicamente, mantenha-se a presença de dois examinadores não componentes do quadro institucional.

Deve-se também atentar para que para ser membro de banca de doutorado é preciso que o membro selecionado já tenha mais de um ano de titulação e também já tenha participado de duas bancas de defesas públicas no nível de mestrado acadêmico ou profissional.

Os alunos devem estar atentos, em conjunto com os seus orientadores, no sentido de cumprirem todas as exigências, uma vez que a composição da banca deverá ser submetida às comissões de pós-graduação. Assim sendo, em tempo hábil, o orientador deverá encaminhar o formulário específico, cujo modelo se encontra na Secretaria Acadêmica e no site do Departamento de Ensino, dando conta de que o aluno preencheu todos os requisitos demandados para a defesa pública e informando também a data marcada e a composição da banca. A marcação da data da defesa deverá ser feita na Secretaria Acadêmica, após ter sido consultado o Centro de Estudos Olinto de Oliveira, pois há a necessidade de reserva de um dos dois auditórios disponíveis. Caso nenhum deles esteja livre, a defesa se realizará numa das salas de aulas do Departamento de Ensino do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/IFF. Em caso de dúvidas recomenda-se esclarece-las na Secretaria Acadêmica.

No que diz respeito à qualificação para o título de Mestre, o aluno deverá, junto ao orientador (que preside e é também membro da comissão examinadora), montar uma banca para a qual um profissional, somente com o título de mestre, poderá ser convidado, sendo que o outro deverá ter o título de Doutor. Sugere-se, contudo, que tal procedimento seja evitado, já se compondo esta banca com os mesmos professores doutores que integrarão a banca prévia e a da defesa pública. A razão é óbvia: um ano e alguns meses antes da defesa estes profissionais já teriam conhecido o candidato e sua proposta de trabalho estando, portanto, muito mais capazes de oferecer contribuições importantes que impliquem em futuras publicações, o meio mais privilegiado de divulgação do trabalho investigativo realizado no correr dos 24 meses que englobam o mestrado acadêmico e profissional e os 48 meses que compreendem o doutorado. A banca de qualificação do doutorado, entretanto, deverá ser composta por doutores.

Ressalta-se também que, caso seja necessário, diante da especificidade da pesquisa, buscar um coorientador de comum acordo com o orientador, este último ficará encarrega-

do de comunicar às comissões de pós-graduação quem ele será, anexando o *curriculum vitae* do profissional escolhido à sua comunicação. Caberá à comissão de pós-graduação aceitar ou não a indicação, para tanto seguindo os critérios por elas deliberados para tal. Por ocasião da defesa pública, o coorientador poderá também compor a banca examinadora, só não lhe sendo facultado conferir o conceito final e assinar a ata. No nível do mestrado se aceita um coorientador com título de Mestre ou Doutor, mas no doutorado exige-se que esse seja Doutor.

9 – Referências

Deverão ser seguidas as normas de referência deliberadas pela comissão de pós-graduação. Conforme já apontado, no Anexo 3 encontram-se as diretrizes para a elaboração destas referências. As referências, no corpo da tese, deverão ser numeradas (números arábicos) seguindo a ordem de entrada no texto. Tais números deverão estar sobrescritos, ao passo que na lista de referências, após a apresentação do cronograma, deve ser seguida a ordenação numérica conforme aparece no texto.

O aluno só deve colocar na lista de referências as que aparecem ao longo do texto. Por mais que tenha lido inúmeros artigos, livros, consultado *websites* e etc., só podem integrar o rol de referências, as que estão explicitadas na dissertação e/ou tese.

Como a maioria das universidades brasileiras adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), só recentemente algumas delas tendo optado por seguir as normas de Vancouver, também se aconselha ao aluno, para evitar mal entendido, que coloque um asterisco logo após o título Referências e, em nota de pé de página, escreva: 'As normas para elaboração das referências seguem as adotadas pelos programas de pós-graduação do IFF'. Tais referências seguem as normas para referência dos Cadernos de Saúde Pública e as instruções para redigi-las estão no Anexo 3.

1 – Confeção de fichas e plano classificatório

Como ficou claro ao longo da exposição que se vem fazendo, não há como elaborar um projeto de pesquisa sem fazer pesquisa. Desta maneira, o que se segue são exemplos ilustrativos de como organizar a coleta de dados, por intermédio de fichas organizadoras, referentes não só às investigações preliminares, importantes à feitura do projeto, como às que irão conduzir sua consecução.

O recurso ao computador facilita por demais todo e qualquer processo de ordenação e classificação, mas é preciso que se tenha minimamente uma ideia básica dos elementos a serem considerados na produção de fichas, às quais se poderá recorrer a qualquer momento, o que se mostrará instrumental para as leituras ainda a serem encetadas, assim como servirá de indicador a uma melhor apreensão de como anda a coleta de dados em fontes primárias.

Assim sendo, tendo por base um dos autores pesquisados², a seguir se apresenta modelos de fichas bibliográficas, de identificação de documentos primários, de conteúdo compreendendo tanto fontes primárias como secundárias e uma ficha de coleta de dados para trabalhar-se com documentos tipo prontuário, registro de nascidos vivos e etc. As fichas aqui apresentadas referem-se a uma tese de doutorado defendida no PGSCM, em 2000, por uma das autoras desse manual, cuja pesquisa envolvia pensar epistemologicamente as bases de um conhecimento comum à medicina e à história, tomando como campo de reflexão a genética médica focalizada na Síndrome de Down (SD)⁷.

Modelo de ficha bibliográfica

FICHA BIBLIOGRÁFICA

PUESCHEL, Siegrifried

Síndrome de Down. Guia Para Pais e Educadores, Trad. Lucia Helena Relly, 3a ed., Campinas: Editora Papirus, 1998 – Série Educação Especial. 1a ed. é de 1993. 306 p.

De saída, fica patente que esta ficha não corresponde às normas de referências bibliográficas adotadas pelos programas de pós-graduação do IFF/Fiocruz. Ela, na verdade, destina-se ao uso exclusivo do aluno, por isso deve ser preenchida discriminando todas as informações pertinentes ao livro ou artigo consultado.

Tais informações são necessárias, não só em termos de sistematização do material bibliográfico pesquisado, mas para permitir ao aluno ter precisão acerca da procedência editorial, do tipo de série de publicação na qual o trabalho se insere e, sobretudo, ter consciência de que certas modificações foram feitas dependendo do ano da edição. Assim sendo, aconselha-se que se preencha essa ficha pormenorizando todos os dados disponíveis e que compõem a ficha catalográfica.

Modelo de ficha de identificação de fonte documental

Departamento de Informação e Documentação
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente
Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)

Série: 1996

Classificação: Prontuário/068588

Conteúdo: heredograma, história gestacional, diagnóstico de síndrome de Down, exames complementares (ecocardiograma, ultrassom abdominal, avaliação de função da tireóide, hemograma), avaliação oftalmológica, avaliação psicomotora, evolução do paciente de junho de 1996 a fevereiro de 1997.

Esta ficha funciona como um direcionador dos aspectos que constam no documento primário pesquisado. Trata-se de um indicativo do que o aluno poderá encontrar disponível e em que local, caso precise retornar à investigação à procura, por exemplo, de dados que não havia pensado precisar *a priori*.

Modelo de instrumento de coleta de dados

Data	Nº do Prontuário	História Gestacional	História Familiar	Diagnóstico	Cariótipo	Intercorrências	Retardo mental	OBS.
28/06/96	068588	Mãe anos = 37	2 irmãos saudáveis	4º mês	+	Pneumonia	? Atraso motor para idade	Por que cariótipo? IMA
		sangramento	2 abortos espontâneos	clínico	Trissomia Livre			2 abortos espontâneos, mas, TL.
		cesárea	irmã - 16a irmã - 12ª					Diag. Clínico
		Peso-3.550g	NTCF					Sinais cardíacos claros arco => tibial.
		C - 52 cm						
		Sexo masculino						
		Nascido a termo						

Como se vê, esse é um instrumento bastante rudimentar e primário, mas foi pensado levando em consideração as necessidades da pesquisa e coadunado ao plano classificatório que será explanado a seguir. Em pesquisas de cunho epidemiológico, este tipo de instrumento deve merecer tratamento muito cuidadoso e, de preferência, buscando-se a opinião de especialistas em epidemiologia. É preciso também pensar que, como cerne do projeto de pesquisa, ele certamente deverá passar por um processo de validação e que deverá fornecer meios para uma análise bioestatística a fim de consubstanciar resultados consistentes.

No que tange ao conteúdo, tanto as fontes bibliográficas, quanto primárias, devem ser produzidas seguindo-se duas regras:

- a) produzir um plano de classificação;
- b) elaborar fichas de conteúdo ou analíticas adequadas ao que se pretende pesquisar e coadunadas às informações contidas nas fontes.

O plano de classificação deve seguir uma lógica por ordenação temática e ser reformulado na medida em que a pesquisa se desenrola para se aperfeiçoar a tal ponto que sirva até de uma primeira versão rudimentar para a montagem expositiva da tese. Uma das vantagens de se realizar o plano classificatório, sempre o melhorando, é que a leitura das fontes bibliográficas, por exemplo, poderá se dar utilizando a numeração dos itens e a ordenação dos subitens como marcadores, à margem do texto, dos temas a que a fonte consultada remete, fazendo-se uso de *post it* ou de pequenas tiras de papel presas com cliques para nelas se escrever a própria postura sobre o assunto ou as questões suscitadas pela leitura que carecem de checagem posterior. Dessa maneira, ao se aproximar do final da elaboração e interpretação dos dados e, sobretudo, da redação, bastará folhear os artigos ou livros pesquisados para se ter de imediato a noção do que abordam e de qual sua importância para integrar determinado argumento. Esse recurso, entretanto, só é aconselhável se há premência de tempo, pois não há, em termos de domínio de estudo, nada que possa substituir a elaboração de fichas cuidadosamente produzidas sobre tudo o que foi lido.

O exemplo abaixo se refere ao plano classificatório final que foi utilizado para a pesquisa das fontes bibliográficas e dos prontuários que compuseram a tese de doutorado já referida. É preciso deixar claro que como todo e qualquer exemplo é por demais específico para ser tomado ao pé da letra. O plano classificatório é singular e deve ser realizado pelo aluno. Ele é fundamental para que este não se perca no conjunto de fichas, anotações e demais instrumentos de coleta que irão se acumular ao longo da pesquisa, sendo imprescindível para a montagem das fichas de conteúdo ou analíticas.

Exemplo de modelo de plano classificatório

Título do Projeto: A herança arcaica de um modelo: História, Medicina... e a SD.	
1)	Panorama sócio-histórico
2)	Contexto teórico
	a) Historicidade.
	b) Semiologia médica.
	c) Narrativa: ciência e ficção.
	d) Semiótica: sinais.
	e) Figuras de linguagem: metáfora, metonímia e sinédoque.
3)	SD
	a) Histórico.
	b) Sinais cardeais.
	c) Dermatóglifos.
	d) Anomalias correlatas.
	e) Intercorrências.
	f) Imaginário social.
	g) Discurso científico.
	h) Dados epidemiológicos.
	i) Dismorfologia em SD.
4)	História e Medicina
	a) Construção do conhecimento.
	b) História da medicina.
	c) História da citogenética.
	d) História individual e familiar em genética.
	e) Determinismo histórico.
	f) Determinismo genético.

A partir desse plano, as fichas analíticas deverão constar de um cabeçalho, no qual, à esquerda, se coloca uma identificação resumida (baseada na ficha de identificação correspondente) e, à direita, a indicação da parte do plano em que a ficha será classificada (o número e a letra que lhe corresponde). No meio, sugere-se que se ponha o título da ficha de acordo com o seu conteúdo, conforme este é visto pelo pesquisador. As indicações referentes ao plano podem mudar em função de sua reorganização. É importante deixar o espaço inferior reservado às observações, estabelecendo-se correlações com outros livros ou fontes, assim como encaminhando novas questões e críticas. O centro da ficha deve ser reservado ao resumo do conteúdo, paráfrase ou citação entre aspas **acompanhada do**

Exemplo de ficha analítica documental

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)		
	Prontuário Médico	Plano 3b
DID	1997	Ficha 1
Ambulatório		
Folha 1 – Os sinais são descritos da seguinte maneira: “face ovalada; hipertelorismo; epicanto; <u>epicanto discreto</u> (grifo meu) à direita; <u>fenda mongol</u> (grifo meu); depressão da base do nariz; perfil chato (grifo meu)”.		
Obs: nem todos os sinais estão assinalados e há o uso de metáforas a serem pesquisadas. Por que esses sinais foram privilegiados e há o reforço do epicanto ser discreto? Isso significa uma oposição à “face típica” que normalmente é sempre referida? A literatura especializada não mais faz uso do termo “fenda mongol”. Pelo pesquisado até o momento qualquer correlação com “mongolismo” foi oficialmente abolida, entretanto, neste prontuário, da segunda metade da década de 90, a metáfora aparece, indicando a permanência de terminologia provavelmente tingida pela construção social da idéia da criança com SD (ver Ian Hacking: A social construct of what? Havard: Havard University Press, 2000.		

Exemplo de ficha analítica bibliográfica

De GROUCHY & TURLEAU	SD	Plano 3a
	Metáfora e ufanismo nacionalista	Ficha 11
O livro traz fotos e descrição extremamente bem feita de todas as anomalias cromossômicas descritas até 1982.		
p. 333 – “A primeira descrições clínica remonta a 1846, quando Seguin a individualiza como ‘idiotia furfurácia’. Em 1866, Langdon Down dá a designação de ‘idiotia mongolóide’. O vocábulo ‘mongolismo’ é criticado por suas conotações raciais. Os ingleses a chamam, hoje, de Síndrome de Down e, os franceses de trissomia do 21”.		
Obs: a denominação francesa é em função de Lejeune (ver Plano 4c, Ficha 5). Será que as publicações francesas usam “trissomia do 21” e as inglesas e americanas “Síndrome de Down”?		
De Grouchy, Jean & Turleau, Catherine. Atlas de maladies chromosomiques. Paris: Expansion Scientifique Française; 1982, p. 338-51		

2 – Normas para apresentação do projeto, dissertação e/ou tese

- a) O papel utilizado deve ser A4. Os exemplares a serem encaminhados para pré-banca e banca devem ter o texto impresso em um só lado da folha, para facilitar as anotações dos avaliadores. Os exemplares definitivos a serem entre-

gues na Secretária Acadêmica, depois da defesa pública e incorporando (caso as haja) as modificações propostas pela banca, **devem ser impressos na frente e no verso da folha**. Uma cópia espiralada, uma em capa dura e o texto em PDF gravado em CD são os itens obrigatórios, sendo que no que tange à dissertação e/ou tese encadernada, usa-se a cor verde para mestrado e a cor azul para doutorado;

- b) o tipo da fonte deve ser *Arial* ou *Times New Roman*, tamanho 12;
- c) o tipo da fonte deve ser mantido nas notas de rodapé, mas o tamanho nestas deve ser reduzido para 10;
- d) as margens esquerda e direita devem ter 3cm;
- e) as margens superiores e inferiores devem ter 2,5 cm;
- f) o espaçamento deve ser duplo;
- g) no que tange às citações, notas e referências, sugere-se que sejam redigidas com espaçamento simples, a não ser aquelas citações que possuem menos de três linhas e meia e que, portanto, não vão para o meio da página. As referências devem ter espaçamento duplo quando se passa de uma para outra;
- h) a redação do resumo deve observar espaçamento simples, sendo obrigatória sua versão em inglês (*abstract*);
- i) os títulos das seções devem ser separados do texto precedente ou posterior por espaço duplo;
- j) os indicativos das seções devem ser alinhados à esquerda, separados pelo espaço de um caractere.

Por exemplo:

Capítulo 1 – Título do capítulo.

–

1.1– Subtítulo da 1ª seção do capítulo.

1.1.1 – Subtítulo da 1ª subseção da 1ª seção do capítulo.

Quem desejar, pode usar letras ou algarismos romanos para indicar as seções e subseções. Títulos sem indicativo numérico (lista de ilustrações, resumos, referências etc.) devem ser centralizados;

k) as páginas a partir da folha de rosto devem ser numeradas em algarismos romanos e contadas sequencialmente. A primeira folha do texto (Introdução) deve manter a seqüência, contudo, a partir dela até o final, os números deverão ser grafados em arábico. Os números das páginas devem ser exibidos no canto superior direito a 2 cm da borda.

l) os elementos pós-textuais, como referências, apêndices e anexos devem ser numerados mantendo-se a ordem: se a última página da conclusão é 150, então as referências começarão na página 151 e assim por diante.

3 – Elementos pré-textuais

3.1 – Capa

Para a banca:

- Em cima, à esquerda, o símbolo da Fiocruz e ao seu lado as seguintes três linhas de texto: Fundação Oswaldo Cruz, imediatamente abaixo, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira e, abaixo disso, o nome da pós-graduação em questão

Para a Biblioteca IFF/Fiocruz (capa dura):

- Em cima, no centro, o símbolo da Fiocruz e imediatamente abaixo: Fundação Oswaldo Cruz e, ainda abaixo, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

Para ambos:

no meio da página: título do projeto, da dissertação ou da tese;

abaixo, também no centro, o nome do autor;

finalmente, no fim da página e no meio, colocar Rio de Janeiro acrescido de mês e ano da defesa do projeto, da dissertação ou da tese.

3.2 – Folha de rosto

Repetir o cabeçalho, conforme exposto acima, somente colocando abaixo do nome do autor o seguinte: 'Projeto, dissertação ou tese apresentado(a) à Pós-Graduação (nome da respectiva pós), como pré-requisito para o exame de qualificação [no caso de projeto] ou como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre ou Doutor [no caso de dissertação de mestrado acadêmico ou profissional e de doutorado] em...'. O nome do(s) orientador(es) deverá vir logo abaixo desses dizeres, no centro da página. A data também é centralizada e colocada no final da página.

3.3 – Ficha catalográfica a ser elaborada pela Biblioteca do IFF (somente para dissertações e teses)

Após a resposta da pré-banca o aluno deve se dirigir à Biblioteca do IFF e prestar as informações que lhe serão requisitadas, para que **esta elabore a ficha catalográfica** de modo que ela já se insira no documento final a ser apresentado:

- enviar os dados abaixo para o e-mail: neide@icict.fiocruz.br;
- folha de rosto (com): autor, título, titulação, orientador(es), local e ano; resumo;
- paginação: último n° da folha em romanos e último n° da folha em arábicos;
- informar se existem tabelas, ilustrações (figuras);
- palavras-chave (contidas no DECS da Bireme no site www.bireme.br);
- bibliografia: número da folha inicial e final.

3.4 – Dedicatória e agradecimentos (somente para dissertações e/ou teses)

São elementos textuais opcionais. Sugere-se que o aluno que deseje redigi-los o faça de maneira acadêmica, evitando o emprego de apelidos carinhosos, sempre procurando colocar por extenso o nome da(s) pessoa(s) homenageada(s). Nos agradecimentos é importante citar o(s) orientador(es), a banca de exame, os professores da Pós-Graduação e aqueles que colaboraram para a feitura da tese, os colegas do curso, os membros da Secretaria Acadêmica, os familiares, os amigos e, caso haja uma instância financiadora, também a ela deve ser registrado um agradecimento.

3.5 – Lista de siglas, abreviaturas, quadros, tabelas, figuras (dissertações e teses, porém podendo ser usadas em projetos)

São também elementos opcionais. Contudo, sugere-se ao aluno, caso seu projeto, sua dissertação e/ou tese possua muitas siglas, o que é frequente de acontecer, que produza a lista, uma vez que as bancas tendem a cobrá-la.

A lista de abreviaturas ou siglas deve obedecer à relação alfabética. A sigla é seguida do nome correspondente escrito por extenso.

A lista de ilustrações deve seguir a ordem na qual elas aparecem no texto, indicando-se o número das páginas onde se encontram.

A lista de símbolos deve seguir a ordem em que aparecem no texto com o seu devido significado explicitado.

Tais listas devem indicar a página pela ordem na qual os elementos que a compõem aparecem no texto.

3.6 – Resumo (somente para dissertação e/ou tese)

O resumo deve ser escrito em português e conter:

- a) objetivos;
- b) materiais e métodos (ou metodologia);
- c) resultados.

O resumo não deve ultrapassar uma página, sugerindo-se que abarque cerca de 500 palavras. Abaixo dele, devem aparecer palavras-chave em acordo com os descritores encontrados no *site* da Bireme.

É obrigatória a redação do resumo em inglês - *Abstract*.

3.7 – Epígrafe (somente para dissertações e teses)

Trata-se de um elemento opcional que é uma citação retirada da obra de algum autor, não necessariamente científico, mas cujas palavras, de certa forma ilustram, reforçam ou dão mais colorido às ideias do aluno. Elas podem preceder a introdução da dissertação e da tese, ou então, cada um de seus capítulos, seções, subseções e etc. Aconselha-se, todavia, que se evite usar um grande número de epígrafes, sob a pena de sua força acabar ficando diluída.

3.8 – Errata

Consiste numa lista das folhas ou linhas nas quais ocorreram erros, seguida das correções. A errata, quando se fizer necessária, deve ser inserida logo após a folha de rosto. É um elemento também opcional.

Por exemplo:

Folha 32	Onde se lê	Leia-se
	Irmao	Irmão

3.9 – Sumário (dissertações, teses e projetos)

Este é um elemento obrigatório e deve conter: introdução, capítulos e seus subtítulos, conclusão, referências, apêndices, anexos, glossários com a indicação de suas respectivas páginas.

4 – Elementos textuais

As dissertações e/ou teses da pós-graduação do IFF podem assumir o formato clássico (introdução, revisão da literatura ou quadro teórico, materiais e métodos ou metodologia, resultados, discussão dos resultados, conclusão, referências, apêndices e anexos), a forma de um livro (introdução, capítulos, conclusão, referências, apêndices e anexos) ou a de artigos (introdução com as suas referências, artigo(s) e suas referências, conclusão e suas referências, apêndices e anexos). Para melhor se inteirar e, em consequência, fazer uma escolha mais apropriada à apresentação de sua pesquisa o aluno deve consultar o regulamento ou pedir esclarecimentos à Secretaria Acadêmica.

Cabe esclarecer, contudo, que o tipo de formato escolhido não exige o aluno de apresentar, em seu texto, os elementos que compõem um trabalho acadêmico, isto é: a apresentação e a justificativa do tema escolhido; os objetivos; os referenciais teóricos sobre os quais se apoia; as hipóteses e/ou pressupostos; a maneira como os dados foram coletados e analisados; os resultados e sua discussão e, finalmente, as conclusões atingidas e o tipo de recomendações que merecem ser feitas.

De um modo geral, e esquematicamente, pode-se dizer que os elementos textuais abrangem:

- a) introdução;
- b) desenvolvimento (no formato de uma tese tradicional, de um livro ou de uma coletânea de artigos);
- c) conclusão ou considerações finais.

Algumas observações pertinentes a aspectos que irão surgir ao longo das partes que compõem os elementos textuais merecem ser feitas:

- Abreviaturas e siglas: conforme já dito, fazer uma lista delas é opcional, porém aconselhável, mas é obrigatório que, quando elas apareçam pela primeira vez, em qualquer dos elementos componentes do projeto, dissertação e tese, sejam escritas por extenso, pondo-se a respectiva sigla entre parênteses. Se, por exemplo, logo na introdução o aluno se refere à definição de saúde da OMS, ele deve escrever: ‘Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)...’ A partir daí poderá usar ‘OMS’ no restante do texto.

- Equações e fórmulas: devem aparecer destacadas. Na sequência normal pode-se usar uma entrelinha maior que comporte seus elementos. Quando destacadas do parágrafo devem ser centralizadas e, se necessário, enumeradas. Quando fragmentadas em mais de uma linha, por falta de espaço, devem ser interrompidas antes do sinal de igualdade, ou depois dos sinais de adição, multiplicação, subtração e divisão.

- Ilustrações e figuras: referem-se a lâminas, plantas, fotos, gráficos, esquemas, desenhos, fluxogramas, organogramas e etc. Qualquer que seja o tipo, a identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra **‘figura’**, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto (algarismos arábicos), do respectivo título e/ou legenda. É preciso sempre mostrar a fonte de onde foram retiradas e, caso sejam delas adaptadas, é também necessário apontar esse fato.

- Tabelas: todas devem ser numeradas independente e consecutivamente, encabeçadas pelo título precedido da palavra **‘tabela’** e de seu número em algarismos arábicos. Tal como as ilustrações e figuras, há que se fazer referência às fontes. Estas fontes devem vir enunciadas abaixo das tabelas. Sugere-se que elas se insiram o mais próximo possível ao trecho a que se referem. Quando uma tabela não couber numa página deve ser continuada na página seguinte. Neste caso, não pode ser delimitada por traço horizontal na parte inferior, sendo o título e o cabeçalho repetidos na folha seguinte.

- As tabelas são delimitadas, no alto e embaixo, por traços horizontais, não se podendo usar traços verticais à direita e à esquerda, porém sendo permitido seu uso no interior, para separar colunas. O cabeçalho é colocado entre traços horizontais, e a numeração das tabelas deve ser feita por números arábicos. Toda tabela tem que ser preenchida com um número ou um sinal. Os sinais mais utilizados são: ? (interrogação) dúvida sobre a veracidade da informação; dado omitido; ... (três pontos) dado indisponível; - (traço) dado inexistente.

Tabela 1 - Distribuição dos cariótipos: monossomia de X, isocromossomo de X q e mosaicos e outros (n=178)*

Cariótipos	N= 178(%)
45,X	79 (44,4%)
45,X/46,i(Xq); 46,Xi(Xq) ; 45,X/47, i(Xq), i(Xq), i(Xq)	36 (20,2%)
45,X/46,XX;45,X/46,XX/47,XXX; 45,X/47,XXX 45,X/ 46,X,r(X); 45,X/46,X,del(Xp); 46,X, del(Xq); 45,X/46,X,i(Xp); 45,X/46,X+mar; 45,X/46,XY; 45,X/46,X,del(Y); 45,X/ 46,X,r(Y) e outros	63 (35,4%)

* tabela retirada de Jung, MP; Amaral, JL; Fontes, R; Costa, AT; Wuillaume, SM; Cardoso, MHCA. Diagnóstico da Síndrome de Turner: a experiência do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia - Rio de Janeiro, de 1970 a 2008. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. 2010; 10(1):117-24.

5 – Elementos pós-textuais

5.1 – O primeiro deles é a seção relativa às referências, sobre as quais se falou no item 09, da primeira parte deste manual.

5.2 – Apêndices, anexos e glossário

Apêndices constituem um texto ou documento elaborado pelo próprio autor do projeto, da dissertação ou da tese, com a finalidade de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do texto.

Por exemplo:

Apêndice A ou 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apêndice B ou 2 – Ficha de Captação de Dados.

Anexos são textos ou documentos não elaborados pelo autor, servindo de fundamentação, comprovação e ilustração do argumento levantado.

Por exemplo:

Anexo A ou 1 – Juramento de Hipócrates.

Glossário é uma lista de termos técnicos, jargões, termos comunitários e etc., com suas respectivas definições.

Por exemplo:

Vidente – termo empregado entre os cegos para designar as pessoas que possuem visão.

6 – Dissertações ou teses em formato de artigos

No regimento geral dos Programas de Pós-Graduação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde algum tempo, estabeleceu-se a possibilidade de apresentar dissertações ou teses em formato de artigos.

Há tempos, os mestrandos e doutorandos pautavam a organização da exposição de suas pesquisas num modelo tradicional, bem definido pelas regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), onde basicamente todos os elementos pertinentes à pesquisa previamente realizada, assim como seus resultados e a discussão bem detalhada deles, apresentavam-se divididos entre Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

Com o avanço do conhecimento e da implantação dos Programas de Pós-Graduação, como incentivo ao aumento do conjunto da produção intelectual brasileira em Ciência e Tecnologia, assim como da necessidade de, sobretudo na área da saúde, encarar-se de frente os problemas que assolavam a população brasileira, houve a necessidade de se formar uma rede de trocas, através da qual as investigações realizadas pelas principais instituições de ensino e pesquisa no país pudessem circular proficuamente.

Nesse sentido, foi disposto, para os programas de pós-graduação do IFF/Fiocruz, que as dissertações de mestrado acadêmico devem ser compostas por, pelo menos, um artigo enviado para uma revista incluída no Qualis da área de Saúde Coletiva/Capes sobre o tema de estudo e cuja autoria principal seja do candidato à defesa. Já para o doutorado, a tese deve compreender, pelo menos, **dois artigos enviados** para uma revista incluída no Qualis da área de Saúde Coletiva/Capes sobre o tema de estudo e cuja autoria principal seja do aluno.

A opção por esse tipo de dissertação/tese, não exime o aluno de complementarmente apresentar um capítulo contendo introdução, objetivos, revisão da literatura científica ou marco teórico pertinente à proposta que guiou o trabalho, detalhamento do material e métodos ou abordagem teórico-metodológica utilizada e de uma conclusão que articule os conteúdos dos artigos e capítulos.

Abaixo encontram-se expostos os itens pertinentes à feitura de dissertação/tese em formato de artigo, no sentido de melhor direcionar alunos e orientadores que escolham esse tipo de apresentação do trabalho final. Para não criar dúvidas, certas direções já apresentadas, porventura, nas partes, itens e subitens anteriores são repetidas.

1) Elementos pré-textuais:

- **Capa** (obrigatório): de acordo com as normas estabelecidas, constando que se trata de dissertação e/ou tese, como requisito parcial para obtenção de título de mestre ou de doutor em Ciências.

- **Folha de rosto** (obrigatório): de acordo com as normas estabelecidas, constando que se trata de dissertação e/ou tese, como requisito parcial para obtenção de título de mestre ou de doutor em Ciências.

- **Ficha Catalográfica** (obrigatório): a ser elaborada pela Biblioteca do IFF/Fiocruz.

- **Dedicatória** (opcional).

- **Agradecimento** (opcional).
- **Lista de siglas e abreviaturas** (opcional).
- **Resumo e *Abstract*** (obrigatórios): constando os elementos contemplados na introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados e conclusão de todo o estudo.
- **Palavras-Chave e *Keywords*** (obrigatório): colocadas ao final do resumo e do *abstract*, referentes ao conteúdo de toda a tese e/ou dissertação, devendo estar enquadrados nos descritores da Bireme.
- **Sumário** (obrigatório): compreendendo a nomeação dos capítulos e seus sub-ítem, referências, apêndices, anexos, com indicação de suas respectivas páginas.
- **Lista de quadros, figuras e tabelas** (opcional): como os quadros e tabelas podem estar presentes nos capítulos que não compreendem os artigos, sugere-se que sua apresentação siga a estrutura proposta para o sumário.

Por exemplo: uma tese de doutorado poderia ter a seguinte listagem

Lista de quadros, figuras e tabelas:

Capítulo 1 – Introdução, marco teórico e detalhamento metodológico	
Tabela 1	5
Tabela 2	8
Capítulo 2 – Artigo(s)	
Tabela 1	33
Tabela 2	45

Obs. – No(s) artigo(s) a(s) tabela(s), quadro(s), figura(s), ilustração(ões), diagrama(s) devem sempre começar com o número 1, independente da numeração recebida, quer no artigo anterior, quer, porventura, no Capítulo 1.

2) Elementos Textuais:

Capítulo 1 – Introdução, marco teórico e detalhamento de materiais e métodos.

1 – Introdução: deverá conter a delimitação do tema, objetivos e justificativa culminando na apresentação da estrutura da tese, isto é, sua subdivisão em capítulos, a exposição breve do conteúdo de cada um deles, incluindo a do(s) artigo(s). Também deverá indicar para qual(ais) revista(s) esse(s) artigo(s) será(ão) encaminhados.

1.1 – Marco Teórico: deverá conter a exposição dos principais conceitos que embasaram a pesquisa via revisão atualizada da literatura sobre o tema/objeto de escolha. Deverá também conter a explicitação da(s) hipótese(s) heurística(s) que conduziram o trabalho investigativo. As referências no corpo do texto devem ser numeradas a partir da última apresentada no capítulo antecedente.

1.2 – Detalhamento metodológico: embora no(s) artigo(s) elaborado(s) seja(m) obrigatória(s) a apresentação dos materiais, métodos e técnicas utilizadas na realização da pesquisa, é necessário que nesse capítulo se proceda a um detalhamento mais refinado e extenso dos caminhos encetados, incluindo a discussão das questões éticas neles implicadas. As referências no corpo do texto devem ser numeradas a partir da última apresentada no capítulo antecedente.

1.3 – Referências: as referências no corpo do texto devem ser numeradas por ordem de aparecimento com números arábicos sobrescritos. A listagem no fim do capítulo deve seguir a mesma ordem no corpo do capítulo. Conforme citado, as indicações sobre as normas de referência estão no Anexo 3.

OBS. – Caso haja necessidade de se colocar nota(s) de pé de página, a(s) indicação (ões) dela(s) deverá(o) aparecer no texto assinalada(s) com asterisco(s) (*).

Capítulo 2 – Artigo(s)

O(s) artigo(s) deverá (ão) seguir as normas propostas pela(s) revista(s) a(s) qual(is) foi(ram) ou será(rão) apresentado(s). As referências, no corpo do artigo e em sua listagem, devem seguir as normas propostas pelas revistas indicadas. Se a revista propuser, por exemplo, o modelo *citation-sequence*, à primeira referência caberá o número 1 e assim por diante, devendo o referido número ser colocado em subscrito ou entre colchetes de acordo com as normas propostas pela publicação científica em questão. Por outro lado, caso a revista contemple o modelo do(s) sobrenome(s) do autor(es) seguido do ano de publicação entre parênteses esse deverá ser o modelo adotado. A lista de referência deverá vir ao final de cada artigo, sempre de acordo com o proposto nas instruções aos autores do(s) periódico(s) escolhido(s).

Atenção: no caso de dissertação de mestrado, as páginas do artigo apresentado deverão ser numeradas sequencialmente a partir do número da última página do Capítulo 1. No caso de doutorado, envolvendo obrigatoriamente pelo menos 02 artigos, as páginas também deverão ser numeradas sequencialmente às do Capítulo 1. Também deverá ser obedecido o padrão geral das normas para a confecção de dissertação e tese, mantendo-se o tipo de letra *Arial* 12 e o espaçamento duplo. O aluno deverá colocar em anexo as instruções para os autores de cada revista, para melhor compreensão por parte dos membros da banca das características da revista, todavia, isso não implica que o formato, em termos de tamanho e tipo de letra, assim como de espaçamento a ser observado, seja o proposto pela publicação(ões) escolhida(s).

Capítulo 3 – Conclusão ou Considerações Finais

Neste capítulo deverão ser apresentadas as conclusões do trabalho, cuidando-se para produzir a interligação entre o que foi discutido nos capítulos anteriores, incluindo aquele relativo ao(s) artigo(s). As páginas deverão ser numeradas respeitando a sequência dos capítulos anteriores.

3) Elementos pós-textuais:

- Apêndices (opcional): poderão ser incluídos também os instrumentos de coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tabelas, quadros e etc. considerados resultados complementares.
- Anexos: Este item deve conter, obrigatoriamente, a Folha de Rosto de Aprovação do(s) Comitê(s) de Ética em Pesquisa, a(s) norma(s) do(s) periódico(s) para o(s) qual(is) o(s) artigo(s) foi(ram) ou será(ão) enviado(s) e, de forma opcional, outros anexos considerados pertinentes.
- Glossário (opcional)

Adendo:

O trabalho deve obedecer espaço duplo entre as linhas e o tipo da fonte deve ser Arial tamanho 12, incluindo o(s) capítulo(s) referente(s) ao(s) artigo(s).

Todas as páginas da dissertação ou tese devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto. Desta até o início do Capítulo 1, utilizam-se algarismos romanos e, a partir daí, algarismos arábicos. Por exemplo, caso a primeira página do Capítulo 1 seja a 8ª, ela deverá aparecer como 8 e daí em diante, incluindo os elementos pós textuais como as referências ao final de cada capítulo, apêndices, anexos e glossários. Os números das páginas devem ser impressos no canto superior direito, a 2 cm da borda.

Nesta parte se desenvolvem algumas recomendações e/ou sugestões que dizem respeito à redação dos projetos, dissertações e teses.

1 – Sugestões gerais

1.1 – Escrever para todos – como diz Eco¹, as dissertações e as teses e, porque não dizer, o próprio projeto que as embasou, somente por razões ocasionais se dirigem aos examinadores, mas é claro que deverão ser lidas por outros profissionais, de diferentes especialidades e até mesmo por um público não acadêmico, porém interessado pelo assunto abordado. Por isso, como afirma o autor, deve-se decidir que está se escrevendo para a humanidade e não para o examinador.

1.2 – Há a necessidade de definir todos os termos usados, sobretudo aqueles referentes a conceitos, mesmo quando não têm implicação direta com o assunto tratado.

1.3 – Dar preferência ao uso de parágrafos curtos.

1.4 – Evitar o uso de pronomes pessoais e frases subordinadas.

1.5 – Compreender que está sendo feito um discurso sobre algo e, nesse sentido, toda e qualquer dissertação ou tese compreende um metadiscurso.

1.6 – Sentar em frente ao computador e redigir o que está na cabeça e depois ler. São necessárias várias e várias versões até se chegar, minimamente, a um texto organizado. Deve-se sempre ser criterioso no que diz respeito à avaliação do que é pertinente e, então, retirar do texto o que não é fundamental. Trata-se de 'limpar' aquilo que foi redigido, sempre considerando que ser sintético é uma qualidade; o abuso da síntese, porém, pode levar a um texto ininteligível.

1.7 – Atentar para as normas gramaticais, tratando com muito cuidado as regras de pontuação.

1.8 – Nunca começar a escrever pela **Introdução**. Ela deve ser a última a ser escrita porque aí se tem um domínio completo do trabalho. Aconselha-se também, que esta seja voltada para a **Conclusão**, e vice-versa.

1.9 – A **Introdução** deve, no formato de tese tradicional, de preferência, conter:

a) a **Apresentação** geral do tema do projeto, dissertação e/ou tese e seus objetivos;

b) uma **Justificativa**, atentando-se para a contextualização do problema (no espaço, no tempo, dentro da produção científica atual);

c) a **Apresentação dos Capítulos**, discriminando o que cada um contém, em linhas gerais.

1.10 – O texto pode ser escrito na 1ª pessoa do singular (eu), na 1ª pessoa do plural (nós) ou então de forma impessoal. A academia dá preferência ao uso da 1ª pessoa do plural, o chamado plural modesto, ou da impessoalidade, tendendo a não apreciar o uso do 'eu' que, no entanto, vem progressivamente ganhando espaço. Aconselha-se que o aluno procure a forma com a qual se sinta mais confortável e a mantenha ao longo de todo o seu documento final.

1.11 – Não aportuguesar nomes ou termos. Exemplos: é Philippe Pinel e, não, Felipe Pinel; não existe, em português o verbo 'agudizar' que é usado na língua espanhola; o uso de 'patologia' no lugar de 'doença' é um anglicismo, pois, em português, 'patologia'

quer dizer o ‘estudo das doenças’, sendo que o sinônimo de ‘doença’ é ‘enfermidade’. Outro anglicismo bastante vulgarizado diz respeito à classificação de uma doença como ‘severa’, só que o português correto é ‘grave’.

1.12 – Cuidado para não transformar paráfrases (a transmissão adiante das idéias de um ou mais autores) em plágios. Um exemplo de paráfrase correta seria: “Juntos, médicos e pacientes estão imersos no mercado hipercapitalista das trocas e estratégias hiperflexibilizadas de acumulação de capital⁸, dependendo de velozes manipulações de poder, do discurso sobre aquilo que seus genes são capazes de determinar, da contingência do que vão expressar, submetidos também a seus inconscientes e a rápidas e incessantes informações socioculturais.”⁹

1.13 – Não atribuir **nunca** a um autor uma idéia que ele apresenta, como sendo de outro. Faz-se preciso indicar, via o uso de *apud*, quando se retirou de um autor uma citação que é de outro autor. Todavia, é preciso atentar para o abuso de *apud*. Ele só se justifica quando se relaciona a obras, **cujo acesso é quase impossível**, como trabalhos antigos e originais, não disponíveis em bibliotecas ou *on line*.

1.14 – *Apud*, portanto, é usado para indicar uma **citação literal** tirada de um artigo ou livro, à qual não se teve acesso direto, e não, propriamente, a exposição de uma determinada idéia do autor, da qual se fez uma apropriação.

Por exemplo:

“De uma certa maneira trata-se de unir esforços para encaminhar a resposta à questão formulada por Lejeune, o geneticista francês, que descreveu a base genética da síndrome de Down, em 1959: ‘Será que uma *overdose* gênica está para sempre condenada ao não tratamento?’¹⁰ [*apud*, p. 16].”

O uso de *apud* aqui é inteiramente justificável, uma vez que a referida pergunta foi feita num simpósio mundial sobre a SD e transcrita num relatório, escrito por Serra e Néri¹⁰, que estiveram presentes e ouviram a palestra proferida pelo geneticista francês, reportando as palavras oralmente veiculadas.

1.15 – Utiliza-se “*Idem*” quando queremos dizer que estamos fazendo referência ao mesmo autor e à mesma obra que já foi referida anteriormente. De um modo geral, hoje, os orientadores e a banca preferem que se repita a referência, sem que se faça uso do “*Idem*”.

1.16 – *Ibidem* ou *ibid* significa o mesmo autor, a mesma obra e a mesma página.

1.17 – Deve se usar “(..)” quando quer se dizer que uma citação foi recortada, isto é, não se encontra copiada por inteiro.

Por exemplo:

“É preciso refletir que mesmo que a ciência, como afirma Castiel⁹” “sustente o ‘padrão-ouro’, o conhecimento clínico terá uma grande (...) e implícita porção de *phronesis* – referendada à sabedoria prática, interpretativa, narrativa, convivendo com a (...) *Episteme* – relativa à razão lógico-racional, científica”. (p.19)

Neste exemplo, aparece o recurso de aspas duplas e simples. Fica claro que uma citação deve sempre vir entre aspas duplas, mas, quando o autor citado, ele próprio, usa aspas duplas, quem o está copiando, deve utilizar aspas simples. No caso, abriu-se a citação e se a fechou com aspas duplas, mas colocou-se a expressão **padrão-ouro**, que na escrita original vem entre aspas duplas, entre aspas simples.

1.18 – Utiliza-se colchetes - [] - para indicar que o autor está colocando algo que não foi escrito ou dito por quem está citando, mas que é necessário, para dar mais sentido ao texto.

Por exemplo:

“Então eu procurei [a médica] e ela disse que eu não tinha nada.”

1.19 – Citações com três linhas ou três linhas e meia podem seguir direto no texto. Entretanto, citações, com quatro ou mais linhas, têm que ir para o centro da página, aconselhando-se que o aluno use outro tipo de letra, ou a mesma letra, em tamanho menor ou, por fim, use itálico, para que o leitor, de saída, compreenda que está diante de uma citação. Por exemplo:

“A história da eugenia deve alertar-nos para as políticas de interpretação científica. À medida que entramos em um novo estágio em genética, biotecnologia e fisiologia reprodutiva, temos de estar constantemente conscientes de que nossas ciências, e as mensagens sociais que delas derivamos, jamais são ‘simplesmente científicas’. Antes, são construções complexas que sempre envolvem lutas em torno de significados e valores.”¹¹(p. 218)

1.20 – É preciso indicar **sempre** o número da página de onde uma citação foi retirada.

1.21 – Quando for uma paráfrase, ou o resumo da idéia de um autor, referenda-se colocando o número da referência sobrescrito, não havendo a necessidade de se indicar a página de onde tal idéia foi tirada.

Por exemplo:

Segundo Eco¹² tendo uma *langue* como solo é que as crenças, ideologias e os saberes se edificam.

Ou

Tendo uma *langue* como solo é que as crenças, ideologias e os saberes se edificam¹².

1.22 – Referendar tudo o que for exposto, notadamente quando se trata de dados históricos, demográficos, epidemiológicos e assim por diante.

1.23 – Quando se deseja colocar a referência explicitando o nome do autor, deve-se por o número da referência correspondente em sobrescrito, logo após o sobrenome. No caso de dois autores, deve-se colocar o sobrenome dos dois, seguidos do número da referência sobrescrito, e, por fim, quando for mais de dois, pode-se usar o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et al.* e/ou cols. Sugere-se, entretanto que, se for este o caso, se faça uso da palavra *colaboradores*, como no exemplo abaixo:

“Emerson e colaboradores¹³ afirmam que a observação participante é a entrada do pesquisador num espaço desconhecido e o estabelecimento de relações entre ele e os membros do grupo observado, objetivando obter pistas para uma melhor compreensão sobre as posições deles no mundo.”

1.24 – Toda a palavra que não pertencer à língua vernácula portuguesa deve aparecer em itálico.

Por exemplo:

“Cabe à sensibilidade do médico, ao seu *feeling*, identificar as situações consideradas 'não palpáveis' e discriminar o que deve ser levado em consideração.”¹⁴

1.25 – Se o aluno desejar, conforme já foi dito antes, pode lançar mão de epígrafes. O procedimento para se apresentar epígrafes é o mesmo das citações, isto é, devem aparecer de maneira diferenciada, acompanhadas do nome do autor, da obra da qual foi retirada e da data desta. Se desejar, pode indicar o número da página.

Por exemplo:

“Se de qualquer forma, se dedicar à pesquisa, descobrirá que uma tese bem feita é um produto de que se aproveita tudo (...). Pode mesmo suceder que você volte sua tese dez anos depois porque ela ficará como o primeiro amor, e ser-lhe-á difícil esquecê-la.”

Umberto Eco, Como se faz uma tese, 1995.

1.26 – Usar notas de pé de página com parcimônia.

1.27 – Elaborar um plano de redação para cada capítulo e para tal:

- a) Estipular o assunto a ser abordado e aqueles a ele articulados.
- b) Delimitar os objetivos (o que se pretende dar conta a respeito do assunto escolhido e de seus subtemas).
- c) Fazer perguntas-chave a serem respondidas.
- d) Escolher as fontes (material primário ou bibliográfico) que serão utilizadas para responder às perguntas e atingir os objetivos.

Em suma: fazer um mini projeto para cada capítulo.

2 – Uso e redação de notas de pé de página

O recurso às notas de pé de página é quase sempre necessário, mas certas diretrizes e procedimentos precisam ser seguidos para não só redigi-las, como para utilizá-las com pertinência.

2.1 – Notas de pé de página servem para definir termos e conceitos usados ao longo do texto, mesmo quando estes não têm uma ligação direta com o tema em pauta.

Por exemplo: no caso em questão tratava-se de clarificar em quais situações era pedido o cariótipo, exame que permite constatar a presença de um cromossomo a mais no par 21 característico da SD, no então Ambulatório de Síndrome de Down do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente IFF, apesar de afirmar-se sempre que o diagnóstico era clínico.

Era a primeira vez que o termo “mosaicismo” aparecia e o que estava escrito no texto era: “O cariótipo também era realizado quando as características fenotípicas aparentes não se

mostravam de forma clara ao exame físico como em alguns casos de mosaicismos.*”

Nesse caso, a nota de pé de página foi:

“*Mosaicismo é definido como a presença num indivíduo ou tecido de pelo menos duas linhagens celulares que diferem geneticamente, mas provêm do mesmo zigoto.”¹⁵

2.2 – Não transformar jamais a nota de pé de página num paratexto, ou seja, não redigi-la extensamente, dando conta apenas da explicação complementar que se julga pertinente.

Exemplo de nota de pé de página contendo informações conceituais necessárias, porém não sendo um paratexto:

“* A expressão foi traduzida e tomada emprestada de Haraway⁸; 16 que se refere ao *Oncomouse*TM, o rato transgênico fabricado pela DuPont como o seu sibling, irmão ou irmã, não só pelo fato de sua essência ser mamária, isto é, pelo rato por definição ser portador de glândulas mamárias, mas, sobretudo, porque este rato específico carrega um gene humano transplantado, um oncogene etiologicamente ligado ao câncer de mama humano. E é evidente que o conceito de “híbridos”, como mistura de humanos e não humanos, elaborado por Latour¹⁷, está na base do raciocínio desenvolvido por Haraway.”

Caso houvesse o desenvolvimento de todo o contexto do pensamento de Haraway^{8;16} em torno do *Oncomouse*TM, explicando inclusive o próprio uso do TM, adicionando-se toda a conceituação de Latour e os argumentos que advoga para teorizar os “híbridos”, essa nota se transformaria num paratexto cuja função seria meramente de mostrar erudição.

2.3 – Usar nota de pé de página para fornecer informações precisas sobre críticas, revisões, primeiras edições, adaptações e etc.

2.3.1 – Exemplo de adaptação:

“*Esse processo analítico de leitura de discurso foi elaborado a partir de Flamarion Cardoso¹⁸ tendo por base a exposição que este faz das propostas de Greimas e Courtés.”

2.3.2 – Exemplo de crítica:

“*Usou-se de propósito a expressão ‘construção social da idéia’ porque se concorda com os argumentos de Ian Hacking¹⁹ acerca da noção corrente de ‘construção social’. Tomando, dentre outros exemplos, o das ‘crianças telespectadoras’ (*the child viewer of television*), Hacking diz que apesar das crianças terem sempre assistido televisão, nunca existiu uma classe definida de crianças que são telespectadoras de televisão até que as ‘crianças telespectadoras’ tornaram-se um problema social. Tais crianças emersas em visões de violência, instruídas para serem consumidoras, alienadas dos esportes saudáveis e da educação, viram objeto de pesquisas e, neste caso, o que se constrói é uma idéia das ‘crianças telespectadoras’, que acabam sendo transformadas em espécies de pessoa, tal como a baleia é uma espécie de mamífero. O que se constrói não é só uma certa classificação, um certo tipo de indivíduo, mas as próprias crianças culminam por ser reconstruídas dentro de uma matriz, ou seja, o *setting* social, onde as idéias se formam e vivem.”

2.3.3 – Exemplo de referendo, no sentido de informar:

Abaixo está o que se lê no texto com sua respectiva nota de pé de página:

“Todos os homens que vagueiam pela penumbra das galerias iluminadas por lâmpadas insuficientes e

incessantes são prisioneiros de uma espécie de tarefa de Sísifo*.”²⁰ (p.48)

“*Sísifo, personagem mitológico grego, martirizado por uma grande pedra, que era obrigado a rolar para o alto da colina, consciente de que esta, a cada noite, rolaria de volta ao ponto de origem.”

2.3.4 – Exemplo de primeiras edições:

No texto aparece “a primeira descrição de uma criança com os traços da Síndrome de Down tem sido atribuída pelos geneticistas clínicos a Jean Esquirol, em 1838, sendo seguida pela de Edouard Séguin*”.

A nota foi:

“*O registro de Esquirol encontra-se no seu tratado *Des maladies mentales considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-legal*, publicado em dois volumes, em Paris, pela Editora Bailliere. O paciente de Séguin se encontra descrito em *Le traitement moral, l'hygiène et l'éducation des idiots*, trabalho publicado em Paris, também pela editoria Bailliere.”

2.3.5 – Exemplo de elucidação de grifo:

No texto aparece: “(...) e tal cautela é necessária diante da heterogeneidade* (...)”.

A nota foi:

“*O grifo é da pesquisadora e foi colocado no sentido de sublinhar aquilo que se opõe à imagem socialmente construída da idéia da criança com SD, isto é, que são todas iguais, não só porque possuem características físicas e mentais peculiares à síndrome, mas porque têm a mesma anomalia cromossômica.”

2.3.6 – Exemplo de livro que foi usado no texto, de forma ilustrativa, mas não compõe em senso estrito uma referência bibliográfica:

No texto está escrito: “A trissomia no camundongo fornece um sistema modelo para se estudar as humanas. O genoma do camundongo está bem mapeado e cerca de 46 segmentos mostram-se os mesmos nos ratos e nos homens, o que traz à memória o clássico de John Steinbeck, “De ratos e homens*. Mas, quem é George e quem é Lennie nessa fabulosa narrativa que o Projeto Genoma Humano está escrevendo?”.

A nota foi:

“*A primeira edição do livro é de 1937. O livro é sobre a história da amizade entre dois imigrantes, George e Lennie. George protege Lennie que é deficiente mental, tentando ajudá-lo a controlar sua enorme força física e, ao término do livro, mata-o com um tiro para evitar que ele seja linchado por um bando de rancheiros. A releitura que se empreendeu foi em cima da edição de 1993, publicada pela Penguin Books.”

2.3.7 – Notas de pé de página também devem ser empregadas quando se quer indicar outros trabalhos sobre o assunto e que, necessariamente, não foram referência.

Por exemplo:

“*A esse respeito ver também: Carr J. *Helping your handicapped child*. London: Penguin Books.”

3 – Relação dos elementos que uma dissertação ou tese devem conter:

Capa.
Folha de rosto.
Listas de siglas, abreviaturas, quadros e tabelas (opcional).
Sumário.
Introdução.
Justificativa.
Objetivos.
Quadro teórico ou referencial teórico.
Hipóteses ou pressupostos.
Materiais e métodos (metodologia).
Questões Éticas (especificamente para os CEPs).
Cronograma.
Referências.
Anexos e apêndices (quando for necessário).

4 – Bibliografia recomendada para quem desejar informações sobre epistemologia:

Atlan H. Com razão ou sem ela: intercristica da ciência e do mito. Lisboa: Instituto Piaget; 1994.

Bachelard G. A epistemologia. Rio de Janeiro: Edições 70; 1990.

Fleck L. Genesis and development of scientific fact. Chicago: University of Chicago Press; 1981.

Kuhn T. The structure of scientific revolutions. Chicago: University of Chicago Press; 1996.

Latour B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34; 1994.

Minayo MC de, Deslandes SF, orgs. Caminhos do pensamento. Epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002.

Morin E. O desafio do século XXI: religar os conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget; 2001.

Popper K. The logic of scientific discovery. London-New York: Routledge; 2002.

Portocarrero V., org. Filosofia, história e sociologia das ciências. Abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1994.

Stengers I. Power and inventions Situating sciences. Minnesota: The University of Minnesota Press; 1997.

Stengers I. Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes. São Paulo: Siciliano; 1989.

5 – Referências utilizadas na elaboração do manual

1 – Eco U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva; 1992.

2 – Cardoso CF. Os passos da pesquisa histórica. In: Uma introdução à história. São Paulo: Brasiliense; 1981, p. 72-103.

3 – Popper K. The logic of scientific discovery. London-New York: Routledge; 2002.

4 – Stengers I. Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes. São Paulo: Siciliano; 1989.

5 – Deslandes SF, Assis SG de. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: Minayo MC de, Deslandes SF, organizadoras. Caminhos do pensamento. Epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002, p. 195-223.

6 – Bourdieu P. O campo científico. In: Ortiz R, organizador. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática; 1983, p. 122-155.

- 7 – Cardoso MHCA. A herança arcaica de um modelo. História, medicina...e a síndrome de Down. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher / Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira; 2000.
- 8 – Haraway DJ. Modest_witness@second_millennium. FemaleMan@_meets_oncomouse™. Feminism and technoscience. New York-London: Routledge; 1997a.
- 9 – Castiel D. A medida do possível...Saúde, risco e tecnobiociências. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Fiocruz; 1999.
- 10 – Serra A, Néri O. Conference report and 1990 update. Am J Med Genet 1990; Suppl 7: 11-19.
- 11 – Stepan NL. A hora da eugenia. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
- 12 – Eco U. Signo. Enciclopédia Einaudi – vol. 31. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda; 1994.
- 13 – Emerson MR, Fretz R, Shaw LL. Writing ethnographic fieldnotes. Chicago: University of Chicago Press; 1995.
- 14 – Gilbert A. A hora instável – entre mãe e mulher. Um estudo com os residentes em obstetrícia/ginecologia do IFF/Fiocruz. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher / Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira; 2005.
- 15 – Nussbaum RL, McInnes RR, Willard HF. Thompson & Thompson. Genética médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
- 16 – Haraway DJ. Mice in wormholes. In: Downey GL, Dumit J, editores. Cyborgs and citadels. Anthropological interventions in emerging sciences and technologies. Santa Fe: School of American Research Press; 1997b, p. 209-243.
- 17 – Latour B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34; 1994.
- 18 – Cardoso CF. Narrativa, sentido, história. São Paulo: Perspectiva; 1997.

**Fluxo de Projetos de Pesquisa no
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e
do Adolescente Fernandes Figueira**

- Todos os projetos de pesquisa elaborados por qualquer investigador inseridos no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – IFF, deverão ser enviados, em três cópias, para cadastro na Vice-diretoria de Pesquisa e respectiva avaliação.
- Os projetos serão examinados por membros da Câmara Técnica (CT) e/ou consultores *ad hoc*. Se os pareceres forem favoráveis, a Vice-diretoria de Pesquisa emitirá um documento de aprovação e um documento de registro do projeto no departamento. **Tal procedimento, contudo, não é realizado quando se trata de projetos de dissertações ou teses ligados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.**
- Nos casos de projetos de dissertação e/ou tese, após efetuado o registro, o projeto deverá ser, imediatamente, encaminhado para o CEP/Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz.
- O fluxo descrito deve ser adotado por **todos** os projetos de pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, não importando qual a abordagem escolhida, os tipos de fontes, materiais, métodos e técnicas propostos, incluindo os projetos, que são eminentemente de ordem teórica, ou seja, baseados em revisões bibliográficas ou de conteúdo conceitual. Nestes últimos casos, o CEP emitirá documento reiterando que este tipo de pesquisa não demanda avaliação ética formal, para que esse documento possa ser usado pelos pesquisadores quando da apresentação de seus trabalhos para fins de publicação.
- **Documentos necessários:**
 - Duas (02) vias do projeto;
 - Currículo do pesquisador responsável através de indicação do *link* apresentado na Plataforma Lattes;
 - Preenchimento de ficha de cadastro disponível no *site* www.iff.fiocruz.br. Após acessado o *site*, procurar o *menu* pesquisa e dentro dele o ícone referente a bolsas e projetos;
 - Carta de autorização da chefia(s) do(s) departamento(s) ou da(s) Instituição(ões) colaboradora(s) onde será desenvolvida a pesquisa.
- **Os projetos deverão apresentar as seguintes informações:**

Capa: Nome do pesquisador responsável, nome do orientador ou pesquisador

responsável na Unidade, nome dos colaboradores e instituições vinculadas, título do projeto e departamento.

Projeto: Introdução (apresentação e delimitação do tema), justificativa (relevância social e relevância científica, isto é, o contexto atual da produção bibliográfica sobre o tema proposto), objetivos, quadro teórico (antecedentes científicos que respaldam a pesquisa), hipóteses e/ou pressupostos, metodologia cronograma, orçamento detalhado e referências bibliográficas.

- **Projetos de mestrado acadêmico, profissional e de doutorado:**

- Deverá ser encaminhada para a Vice-diretoria de Pesquisa apenas uma cópia do projeto para cadastramento, não sendo submetido à avaliação naquele momento. Depois de cadastrados os projetos deverão ser submetidos ao CEP, pré-requisito obrigatório para o início de sua execução.

RESOLUÇÃO Nº 196, de 10 de outubro de 1996

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 1996, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **RESOLVE**:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I - PREÂMBULO

A presente Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial) e outras.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: *autonomia, não maleficência, beneficência e justiça*, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

O caráter contextual das considerações aqui desenvolvidas implica em revisões periódicas desta Resolução, conforme necessidades nas áreas tecnocientífica e ética. Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

II - TERMOS E DEFINIÇÕES

A presente Resolução adota no seu âmbito, as seguintes definições:

II.1 - Pesquisa - classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios, ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

II.2 - Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.3 - Protocolo de Pesquisa - documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis.

II.4 - Pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

II.5 - Instituição de pesquisa - organização pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, na qual são realizadas investigações científicas.

II.6 - Promotor - indivíduo ou instituição, responsável pela promoção da pesquisa.

II.7 - Patrocinador - pessoa física ou jurídica que apoia financeiramente a pesquisa.

II.8 - Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 - Dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, com nexos causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.10 - Sujeito da pesquisa - é o(a) participante pesquisado(a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.

II.11 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta

possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.12 - Indenização - cobertura material, em reparação a dano imediato ou tardio, causado pela pesquisa ao ser humano a ela submetido.

II.13 - Ressarcimento - cobertura, em compensação, exclusiva de despesas decorrentes da participação do sujeito na pesquisa.

II.14 - Comitês de Ética em Pesquisa - CEP - colegiados interdisciplinares e independentes, com “munus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 - Incapacidade - Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III - ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo (*autonomia*) e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes. Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;

b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos (*beneficência*);

c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (*não maleficência*);

d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (*justiça e equidade*).

III.2- Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

III.3 - A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

- a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;
- b) estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos;
- c) ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;
- d) prevalecer, sempre, as probabilidades dos benefícios esperados, sobre os riscos previsíveis;
- e) obedecer à metodologia adequada. Se houver necessidade de distribuição aleatória dos sujeitos da pesquisa, em grupos experimentais e de controle, assegurar que não seja possível estabelecer *a priori*, as vantagens de um procedimento sobre outro, através de revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;
- f) ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;
- g) contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal;
- h) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do sujeito da pesquisa, devendo ainda haver adequação entre a competência do pesquisador e o projeto proposto;
- i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico - financeiro;
- j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada

possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes casos, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;

k) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades;

l) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

m) garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

n) comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem dos sujeitos envolvidos e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a autoestima;

o) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

p) assegurar aos sujeitos da pesquisa condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento. Demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;

q) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;

r) comprovar nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos, deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documentos de aprovação no país de origem, entre os apresentados, para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados por instituições do exterior, também devem responder as necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;

- s) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa, exclusivamente para as finalidades previstas no seu protocolo;
- t) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;
- u) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objeto fundamental da pesquisa;
- v) propiciar, nos estudos multicêntricos, a participação dos pesquisadores que desenvolverão a pesquisa no delineamento geral do projeto;
- x) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- c) os métodos alternativos existentes;
- d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e) a garantia de esclarecimentos, antes e durante o desenvolvimento da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

- h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa;
- i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão datiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais;
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

- a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá constar a justificativa clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa; e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo no limite de sua capacidade;
- b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;
- c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;
- d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica podem ser realizadas desde que:

- seja apresentado documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);
- seja obtido consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;
- não garantido respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
- não comporte ônus econômico financeiro adicional à família;
- não acarrete prejuízo ou malefícios para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
- exista possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;

e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade, através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;

f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informação aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos, a partir dos sujeitos da pesquisa, só poderão ser usados para os fins previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V - RISCOS E BENEFÍCIOS

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

V.1 - Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

- a) oferecer elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;
- b) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;

c) o benefício seja maior ou, no mínimo, igual a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo, devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 - O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 - O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 - O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 - Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 - Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI - PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo da pesquisa somente poderá ser apreciado em seus aspectos éticos se estiver instruído com os seguintes documentos, em português:

VI.1 - folha de rosto: título do projeto, nome, número da carteira de identidade, CPF, telefone e endereço para correspondência do pesquisador responsável e do patrocinador, nome e assinaturas dos dirigentes da instituição e/ou organização;

VI.2 - descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

a) descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas;

b) antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa. Se o propósito for testar um novo produto ou dispositivo para a saúde, de procedência estrangeira ou não, deverá

ser indicada a situação atual de registro junto as agências regulatórias do país de origem;

c) descrição detalhada e ordenada do projeto de pesquisa (material e métodos, casuística, resultados esperados e bibliografia);

d) análise crítica de riscos e benefícios;

e) duração total da pesquisa, a partir da aprovação;

f) explicitação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;

g) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;

h) local da pesquisa: detalhar as instalações dos serviços, centros, comunidades e instituições, nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa;

i) demonstrativo da existência de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;

j) orçamento financeiro detalhado da pesquisa: recursos, fontes e destinação, bem como a forma e o valor da remuneração do pesquisador;

k) explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;

l) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;

m) declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.

VI.3 - informações relativas ao sujeito da pesquisa:

a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais e etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;

b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;

c) identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimens, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para

os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;

d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;

e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;

f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;

g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso, de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade;

h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VI.4 - qualificação dos pesquisadores: “Curriculum vitae” do pesquisador responsável e dos demais participantes.

VI.5 - termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta Resolução.

VII - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 - As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 - Na impossibilidade de se constituir um CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverão submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente, dentre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS.

VII.3 - Organização - A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento.

VII.4 - Composição - O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7 (sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.

VII.5 - Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá ainda contar com consultores “ad hoc”, pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

VII.6 - No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro “ad hoc” do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.7 - Nas pesquisas em população indígena, deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

VII.8 - Os membros do CEP deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

VII.9 - Mandato e escolha dos membros - A composição de cada CEP deverá ser definida a critério da instituição, sendo pelo menos metade dos membros, com experiência em pesquisa, eleitos pelos seus pares. A escolha da coordenação de cada Comitê deverá ser feita pelos membros que compõem o colegiado, durante a primeira reunião de trabalho. Será de três anos a duração do mandato, sendo permitida recondução.

VII.10 - Remuneração - Os membros do CEP não poderão ser remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados, nos horários de trabalho do Comitê, das outras obrigações nas instituições às quais prestam serviço, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação.

VII.11 - Arquivo - O CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por 5 (cinco) anos após o encerramento do estudo.

VII.12 - Liberdade de trabalho - Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos à conflitos de interesse.

VII.13 - Atribuições do CEP

a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os mul-

ticêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;

b) emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

- . **aprovado;**

- . **com pendência:** quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;

- . **retirado:** quando, transcorrido o prazo de revisão do(s) protocolo(s), este(s) permanece(m) pendente(s);

- . **não aprovado;**

- . **aprovado e encaminhado,** com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS, nos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c.

c) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;

d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;

f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;

g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias;

h) manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

VII.14 - Atuação do CEP

a) A revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa envolvendo seres humanos não

poderá ser dissociada da sua análise científica. Pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada pelo Comitê.

b) Cada CEP deverá elaborar suas normas de funcionamento, contendo metodologia de trabalho, a exemplo de: elaboração das atas; planejamento anual de suas atividades; periodicidade de reuniões; número mínimo de presentes para início das reuniões; prazos para emissão de pareceres; critérios para solicitação de consultas de experts na área em que se desejam informações técnicas; modelo de tomada de decisão e etc.

VIII - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde adotará as medidas necessárias para o funcionamento pleno da Comissão e de sua Secretaria Executiva.

VIII.1 - Composição: A CONEP terá composição multi e transdisciplinar, com pessoas de ambos os sexos e deverá ser composta por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) deles personalidades destacadas no campo da ética na pesquisa e na saúde e 08 (oito) personalidades com destacada atuação nos campos teológico, jurídico e outros, assegurando-se que pelo menos, um seja da área de gestão da saúde. Os membros serão selecionados, a partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na CONEP, sendo que 07 (sete) serão escolhidos pelo Conselho Nacional de Saúde e 06 (seis) serão definidos por sorteio. Poderá contar também com consultores e membros “ad hoc”, assegurada a representação dos usuários.

VIII.2 - Cada CEP poderá indicar duas personalidades.

VIII.3 - O mandato dos membros da CONEP será de quatro anos, com renovação alternada a cada dois anos, de sete ou seis de seus membros.

VIII.4 - Atribuições da CONEP - Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) estimular a criação de CEPs institucionais e de outras instâncias;

b) registrar os CEPs institucionais e de outras instâncias;

c) aprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais tais como:

1- genética humana;

- 2- reprodução humana;
 - 3- fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos (fases I, II e III) ou não registrados no país (ainda que fase IV), ou quando a pesquisa for referente a seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração, diferentes daquelas estabelecidas, incluindo seu emprego em combinações;
 - 4- equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde, novos ou não, registrados no país;
 - 5- novos procedimentos ainda não consagrados na literatura;
 - 6- populações indígenas;
 - 7- projetos que envolvam aspectos de biossegurança;
 - 8- pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior;
 - 9- projetos que, a critério do CEP, devidamente justificado, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;
- d)** prover normas específicas no campo da ética em pesquisa, inclusive nas áreas temáticas especiais, bem como recomendações para aplicação das mesmas;
- e)** funcionar como instância final de recursos, a partir de informações fornecidas sistematicamente, em caráter *ex-officio* ou a partir de denúncias ou de solicitação de partes interessadas, devendo manifestar-se em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias;
- f)** rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive os já aprovados pelo CEP;
- g)** constituir um sistema de informação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos em todo o território nacional, mantendo atualizados os bancos de dados;
- h)** informar e assessorar o MS, o CNS e outras instâncias do SUS, bem como do governo e da sociedade, sobre questões éticas relativas à pesquisa em seres humanos;
- i)** divulgar esta e outras normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos;
- j)** a CONEP juntamente com outros setores do Ministério da Saúde, estabelecerá normas e critérios para o credenciamento de Centros de Pesquisa. Este credenciamento deverá ser proposto pelos setores do Ministério da Saúde, de acordo com suas necessidades e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde;

l) estabelecer suas próprias normas de funcionamento.

VIII.5 - A CONEP submeterá ao CNS para sua deliberação:

- a) propostas de normas gerais a serem aplicadas às pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive modificações desta norma;
- b) plano de trabalho anual;
- c) relatório anual de suas atividades, incluindo sumário dos CEPs estabelecidos e dos projetos analisados.

IX - OPERACIONALIZAÇÃO

IX.1 - Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.2 - Ao pesquisador cabe:

- a) apresentar o protocolo, devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa;
- b) desenvolver o projeto conforme delineado;
- c) elaborar e apresentar os relatórios parcial e final;
- d) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- e) manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP;
- f) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- g) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

IX.3 - O Comitê de Ética em Pesquisa institucional deverá estar registrado junto à CONEP/MS.

IX.4 - Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.5 - Consideram-se autorizados para execução, os projetos aprovados pelo CEP, exceto os que se enquadrarem nas áreas temáticas especiais, os quais, após aprovação pelo CEP institucional deverão ser enviados à CONEP/MS, que dará o devido encaminhamento.

IX.6 - Pesquisas com novos medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde deverão ser encaminhados do CEP à CONEP/MS e desta, após parecer, à Secretaria de Vigilância Sanitária.

IX.7 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

IX.8 - Os CEP institucionais deverão encaminhar trimestralmente à CONEP/MS a relação dos projetos de pesquisa analisados, aprovados e concluídos, bem como dos projetos em andamento e, imediatamente, aqueles suspensos.

X. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

X.1 - O Grupo Executivo de Trabalho - GET, constituído através da Resolução CNS 170/95, assumirá as atribuições da CONEP até a sua constituição, responsabilizando-se por:

- a) tomar as medidas necessárias ao processo de criação da CONEP/MS;
- b) estabelecer normas para registro dos CEP institucionais;

X.2 - O GET terá 180 (cento e oitenta) dias para finalizar as suas tarefas.

X.3 - Os CEP das instituições devem proceder, no prazo de 90 (noventa) dias, ao levantamento e análise, se for o caso, dos projetos de pesquisa em seres humanos já em andamento, devendo encaminhar à CONEP/MS, a relação dos mesmos.

X.4 - Fica revogada a Resolução 01/88.

ADIB D. JATENE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

ADIB D. JATENE

Ministro de Estado da Saúde

NORMAS PARA REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – Todos os projetos, dissertações, teses e trabalhos curriculares devem seguir as **Normas Gerais dos Requisitos Uniformes para Manuscritos**, com a finalidade de maior adequação às instruções do Cadernos de Saúde Pública/ENSP. Para tomar conhecimento destas normas, deve ser acessado o seguinte endereço eletrônico:

<http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine/>

2 – O modelo a ser seguido é o chamado *citation-sequence*. Nele, números são usados para referir à lista de referências. As referências são numeradas na ordem em que primeiro aparecem no texto. Por exemplo, se uma referência a Silva é a primeira, então ela recebe o número [1] e também será 1 na lista.

3 – Todos devem procurar, especialmente, o cap. 2 – *Citations Rules* e o cap. 3 – *Citations Examples*.

4 – Todos também devem consultar artigos publicados no 'Cadernos de Saúde Pública', que estão disponíveis em www.scielo.org, para melhor dirimirem quaisquer dúvidas sobre como fazer a referência a determinadas fontes, sobre as quais tenham questionamentos.

5 – ATENÇÃO

Em função da adequação ao 'Cadernos de Saúde Pública', o mês de publicação de artigos não deve aparecer, apesar do modelo das Normas Gerais dos Requisitos Uniformes para Manuscritos adotar a nomeação do mês ou meses da publicação.

Obs. Aconselha-se que ao lado do título **Referências**, tanto em projetos como dissertações e teses, os alunos coloquem um asterisco e informem em nota de pé de página: “As referências seguem as normas propostas pelo Programa de Pós-Graduação (nome do respectivo programa)”.

Características gerais dos elementos que compõem a referência

1 – Autoria

Toda publicação deve ser identificada pelo(s) seu(s) autor(es) e, na falta deste(s), a entrada será feita pelo título ou pela palavra *anonymus*. Os autores devem ser apresentados pelo último sobrenome, seguido das iniciais do prenome. Quando a responsabilidade de autoria da obra for do editor, compilador, organizador e etc., acrescentar após o nome a explicação correspondente.

a) As designações, Filho, Júnior, Neto etc. figuram nas entradas, logo após o último sobrenome.

Ex: Assis Neto P.

b) Sobrenome compostos ou ligados por hífen.

Ex: Espírito Santo AC

Valery-Radot JIP

c) Sobrenome com artigos ou contração de preposição e artigo.

Ex: Du Maurier C

Della Mara J

De Vincenzo J

Zum Busch JI

d) O governo e seus órgãos, entidades, instituições, empresas etc. são considerados autores de documentos editados sob a sua responsabilidade, tais como: relatórios, regulamentos, normas, estatutos, programas etc.

Ex: Organización Panamericana de la Salud

Ministério da Saúde.

2) Título

É reproduzido como figura na fonte referenciada. Os subtítulos podem ser suprimidos, no caso de livros e publicações similares, a não ser que forneçam informações essenciais sobre o conteúdo do documento. No caso de artigos, de periódicos e teses, os subtítulos não podem ser suprimidos.

3) Local da publicação

O nome do local (cidade) deve ser indicado tal como figura na fonte referenciada.

Quando houver mais de um local para a mesma editora, indicar apenas o primeiro.

4) Editora

O nome da editora ou instituição responsável pela publicação da fonte deve ser citada exatamente como aparece no documento suprimindo-se, sempre que possível, elementos que designem a natureza jurídica ou comercial da mesma.

Ex: Anhembi e não Editora Anhembi SA.

No caso de coeditoria indicar as editoras e/ou instituições envolvidas. Se as instituições e/ou editoras forem de locais diferentes indicá-los.

Ex: Hucitec/EDUSP

Rio de Janeiro: Abrasco/São Paulo: Melhoramentos.

Atenção: Observar, nos exemplos a colocação da pontuação: ponto, vírgula, dois pontos e ponto e vírgula.

